

ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 07-6-2021.

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/21 (Processo nº 0047/21), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 122/20 (Processo nº 0303/20), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Resolução nº 024/21 (Processo nº 0536/21), de autoria de Lourdes Sprenger. Também, foi apregoado o Ofício nº 796/21, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 009/21 (Processo nº 0556/21). A seguir, por solicitação de Alexandre Bobadra e Leonel Radde, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Clóvis Antônio Roman e a Paulo da Silva Perez. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Leonel Radde, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Pedro Ruas. Após, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear a atuação da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil, nos termos do Requerimento nº 089/214 (Processo nº 0187/21), de autoria de Leonel Radde. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Leonel Radde, proponente, Comandante Nádia, Jessé Sangalli e Mônica Leal. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Vanessa Pitrez, diretora do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Também, o Presidente convidou Leonel Radde a proceder à entrega de diploma alusivo à presente solenidade a Vanessa Pitrez. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quatro minutos às quinze horas e oito minutos. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a João Carlos Salgado de Los Santos, presidente da Associação dos Amigos do Museu de Porto Alegre, que se pronunciou acerca da situação do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Mônica Leal, Daiana Santos, Matheus Gomes, Jonas Reis e Comandante Nádia manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Bruna Rodrigues, Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, Aldacir Oliboni, Airto Ferronato, Ramiro Rosário, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Felipe Camozzato. Após, por solicitação de

Jonas Reis, Alexandre Bobadra e Lourdes Sprenger, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Berenice Azambuja, a Clóvis Antônio Roman, e a Pedro Gus. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se José Freitas e Kaká D'Ávila. Em prosseguimento, foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, discutido por Pedro Ruas. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 160/20, discutido por Pedro Ruas. Às dezessete horas e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Às dezessete horas e treze minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Claudio Janta, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos, em especial aos servidores da Polícia Civil que, com as suas presenças, abrilhantam os trabalhos da nossa sessão nesta tarde; cumprimentar, em especial, a Dra. Vanessa Pitrez, delegada de polícia e diretora da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa.

Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Clóvis Antônio Roman, assassinado em Caxias do Sul, nessa madrugada. O ocorrido foi noticiado na imprensa, ele estava numa escolta hospitalar, levando um apenado para a UPA, quando foram surpreendidos por uma quadrilha de bandidos com o intuito de resgatar o seu comparsa. Foi assassinado pelas costas, um policial penal; o outro está gravemente ferido, além de outros dois trabalhadores da área da saúde, da UPA, que estão internados.

Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Paulo da Silva Perez, delegado de polícia, titular da 23ª Delegacia Regional de Polícia do Interior.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, solicitando a alteração na ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Márcio Bins Ely; vereadoras e vereadores. Nos últimos dias, a nossa cidade, o nosso Estado e, já em boa parte, o nosso País, foram sacudidos por um fato que não é inédito, mas está cada vez mais grave, foram ataques brutais, algumas ameaças criminosas que sofreu a ex-deputada, ex-vereadora e ex-candidata a prefeita Manuela d'Ávila, onde ela, pessoalmente, foi ameaçada de morte, e, pasmem, V. Exas., a sua filha de cinco anos foi ameaçada de estupro. Isso foi amplamente divulgado pelas redes da ultradireita, que fazem apologia ao crime, e nos deixaram extremamente chocados. Nós, no meu caso pessoal, que nasci e me criei em Porto Alegre, sete mandatos obtidos aqui, incluindo um de deputado, 65 anos de idade – eu fiquei absolutamente chocado com isso. Chocado porque a ameaça de um crime de morte é algo muito grave, baseada na cultura do ódio que existe atualmente nas relações políticas no Brasil; mas a ameaça de estupro de uma criança de cinco anos é algo inominável. É absurdo! E vou mais longe, Presidente: nós estamos fazendo uma verificação. Nós, pessoas da oposição, e sei que da situação também, é claro, solidárias à Manuela d'Ávila e à sua família, estamos fazendo uma verificação se há transmissão e divulgação dessas informações também por parte de vereadores. Porque, se houver - se houver! -, é muito sério, e nós vamos à Mesa, nós vamos à Comissão de Ética, nós vamos terminar com isso!

Então, quero fazer este registro em liderança de oposição: a nossa solidariedade à Manuela d'Ávila, à sua filha Laura, à sua família e o nosso compromisso com Porto Alegre de que isso não vai continuar, que nós vamos responsabilizar os autores, divulgadores e incentivadores desse tipo de delito. E eu queria marcar bem, Sr. Presidente Márcio Bins Ely, essa nossa posição, e ela é firme e permanente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos às

COMUNICAÇÕES

No dia de hoje, este período é destinado a homenagear a atuação da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil, pela redução da criminalidade em Porto Alegre e em todo o Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 089/21, de autoria do Ver. Leonel Radde.

Convido a compor a Mesa a Sra. Vanessa Pitrez, delegada e diretora do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de Porto Alegre; Sr. Eibert Moreira Neto, delegado da Divisão de Homicídios; e Sr. Cassiano Desimon Cabral, delegado da Metropolitana.

O Ver. Leonel Radde, como proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Então, hoje, o nosso mandato propôs uma homenagem ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, que está representado aqui nas pessoas da diretora Vanessa, diretor Cassiano, diretor Eibert, e, saudando eles, saúdo também todos os colegas da Polícia Civil, em especial do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

Esta homenagem foi proposta porque nós entendemos a relevância do trabalho desse departamento para a sociedade de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Vou procurar não me aprofundar muito em dados, em números, porque eu acredito que a diretora Vanessa fará isso, mas a informação de que, de 2018 até 2020, que é o dado mais atualizado, nós tivemos uma redução de quase 30% nos homicídios no nosso Estado demonstra a importância e a relevância desse departamento. Dessa forma, deixo aqui a reflexão para nós entendermos qual o papel que a polícia cumpre na nossa sociedade. Muitas vezes nós temos discussões acaloradas, muitas vezes temos informações dos meios de comunicação que demonstram, em tese, atos equivocados de alguns agentes da lei, excessos cometidos, e se generaliza, como se a polícia não tivesse um papel essencial na preservação da vida e dos direitos humanos. É importante que se diga que a grande parte dos homicídios no nosso Estado, na nossa cidade e no nosso País estão ligados, estão acontecendo principalmente nas periferias das nossas cidades. A gente poderia discutir sobre o racismo estrutural, outros aspectos relevantes em relação a isso, mas o que importa é que, via de regra, o Departamento de Homicídios, os delegados e agentes dedicados ao seu serviço acabam atuando principalmente na manutenção da vida nas periferias, da população negra e daqueles que são as maiores vítimas da violência urbana no Brasil. É relevante também que nós lembremos que aqui no Rio Grande do Sul, aqui na cidade de Porto Alegre, tivemos um caso emblemático, que vai ser símbolo e vai ser, provavelmente, um novo paradigma, que foi o caso que ficou famoso, que é o do Beto, o caso do Carrefour, que, através da investigação da 2ª Delegacia de Homicídios, através da delegada Roberta e todo o seu time – hoje temos aqui o Papito, aqui estão alguns representantes da 2º DPHPP, o Farina –, por meio da investigação dessa equipe,

nós chegamos, então, ao indiciamento, utilizado o racismo estrutural como fundamentação do relatório final e que foi acatado pelo Ministério Público. Isso é simbólico, isso demonstra, de fato, o papel que a polícia tem na manutenção da vida, na manutenção dos direitos humanos. Somente quem é policial sabe o que é acordar de madrugada para cumprir um mandado, sabendo que esse mandado provavelmente foi expedido porque se compreendeu que aquela região, aquele imóvel é um imóvel em que existe risco de confronto, e, mesmo assim, esses policiais obstinados comparecem e cumprem o seu dever, dia após dia, hora após hora. Hoje mesmo tivemos um colega da Polícia Penal que morreu cumprindo o seu papel. Por isso, é relevante que nós façamos as homenagens necessárias e é importante que todos e todas nesta capital, no nosso Estado, no nosso País valorizem o trabalho dos policiais e das policias que dedicam, então, a sua vida, dedicam o seu tempo e todo o seu empenho para trazer a paz social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Só para cumprimentar o Ver. Leonel Radde, a delegada Vanessa Pitrez, e, em seu nome, cumprimento todos os delegados presentes também. Quero destacar a importância dessa lembrança e dessa homenagem que o vereador Leonel está fazendo. Essa homenagem de um partido político, de um vereador de um partido A ou de um partido B, é uma homenagem de um vereador inteligente, que faz parte da corporação, que está fazendo um trabalho muito bom aqui como vereador, e eu queria cumprimentar a instituição e o vereador que fez essa homenagem. Vida longa ao departamento e aos seus componentes, delegados e servidores.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely; colegas vereadores, Delegada Vanessa Pitrez - muito me orgulha ver uma mulher à frente da Delegacia de Homicídios -, delegado Cassiano Cabral, Eibert Moreira Neto, todos os colegas da Polícia Civil que aqui estão recebendo essa justa e merecida homenagem feita pelo policial civil e hoje vereador, o Ver. Radde, que está aqui fazendo esta homenagem. Tenho certeza de que esta homenagem é muito mais do que de um vereador, é da Câmara de Vereadores como um todo. Sabemos da importância da Polícia Civil, sabemos da importância da Brigada Militar.

Quero fazer uma correção, Ver. Leonel Radde, a consequência não é do racismo estrutural; a consequência de vários crimes e homicídios vem de outro problema: da pobreza, da falta de estrutura para as pessoas trabalharem. Porque nenhum

policial mata porque o indivíduo é negro, ou porque é jovem. Não existe o confronto pela cor, não existe o confronto, de forma alguma, pela classe social. O confronto se dá exatamente quando criminosos estão no embate com a polícia, seja com a Brigada Militar, seja com a Polícia Civil.

E não podemos nos enganar, líder Cecchim, que as polícias são mais do que necessárias, e que a consequência de muitos homicídios vem do tráfico de drogas e de maconha, que muita gente quer liberar. Então a gente tem que ficar antenado. Não é bem por aí. A polícia faz o seu trabalho, Ver.^a Mônica. E aqui trago, o nome do teu pai, Pedro Américo Leal, que foi Chefe da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública, e fez um trabalho maravilhoso, porque entendia a necessidade de termos polícias valorizadas e fortes. Valorizadas e fortes a partir do momento em que o Estado e também a sociedade também os reconheçam. Assim como é a Delegacia de Homicídios, que faz um trabalho muito importante, identificando os criminosos e os colocando na cadeia. E aí, não podemos nos enganar e misturar direitos humanos com direitos daqueles que não são humanos. E lá devem ficar trancafiados aqueles que vocês - delegados, inspetores, escrivães - prenderam, colocando em risco a própria vida. E é isso que nós esperamos, como sociedade, Ver. Gilson. A sociedade clama, a sociedade gaúcha, porto-alegrense, clama por segurança. E a segurança é feita por muitas mãos. E aqui eu quero também lembrar do policial penal Clóvis Antonio Ronan, que, no cumprimento do dever, morreu na última madrugada, fazendo uma custódia, levando um apenado para o hospital. Quantos dos nossos colegas de farda, da Polícia Civil, da Polícia Penal morrem no cumprimento do dever? E essa homenagem é mais do que devida para os homens e mulheres que colocam a sua vida em risco, para garantir da vida da sociedade gaúcha, e, aqui, da sociedade porto-alegrense. Não podemos abrir mão em nem um milímetro da valorização, do fortalecimento das polícias. E não abrimos mão, tampouco, de termos criminosos na cadeia, cumprindo todo o seu tempo. E vou adiante: sem entrarem no semiaberto, sem irem para o aberto - o cumprimento total da pena é imprescindível! Isso em respeito, Presidente, aos homens e mulheres da Polícia Civil, especialmente aqui, da Delegacia de Homicídios, que estão diuturnamente trabalhando para colocar aquele criminoso na cadeia. Porque, muitas e muitas vezes, vemos que todo trabalho que é feito pela Delegacia de Homicídios, muitas vezes, é desconstruído por algumas ideologias, ou por alguns setores que ainda entendem que a polícia é contra a sociedade. Não queremos mais isso. Fico feliz em ver aqui, Presidente Márcio, Delegada Vanessa e todos da Polícia Civil estarem sendo homenageados, isso é pouco, nós temos que fazer mais. Temos que estar nos palanques parlamentares dizendo que a Polícia Civil é nossa amiga, que a Polícia Civil não quer mais bandido na rua, porque é por isso que a sociedade gaúcha clama. Não é dizer que a polícia prende ou mata jovem negro, ou que é a favor disso ou daquilo, de maconha - tenho certeza de que aqui ninguém é -, porque a gente sabe que 99% dos crimes têm envolvimento com o tráfico. Então, Presidente, encerrando, parabéns, Ver. Leonel Radde, nosso policial civil aqui, fazendo a sua homenagem, justa, para a Polícia Civil, para a Delegacia de Homicídios. Que continuem assim, Vanessa! Continuem fazendo o bem para toda sociedade gaúcha, e continuem recebendo, de mim, Tenente-Coronel da Brigada

Militar, aqui Ver.^a Comandante Nádia, o meu abraço, o meu respeito e a minha admiração. Contem comigo, onde eu for vocês estarão sedo homenageados e valorizados. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores, quero parabenizar o Ver. Leonel Radde, pela proposição de homenagear a Delegacia de Homicídios do Rio Grande do Sul. Delegado Cassiano, delegado Eibert e delegada Vanessa, parabéns pelo excelente desempenho na nossa Polícia Civil, que tem a função constitucional de ser a nossa polícia judiciária do Estado do Rio Grande do Sul. Homenagem muito especial e importante à nossa Polícia Civil. Da mesma forma, quero dar parabenizar a Ver.^a Nádia pela sua fala. Neste momento, claro, que todos nós nos importamos com a Segurança pública do nosso Estado, mas temos três vereadores da Segurança, um da Brigada Militar, um da Polícia Civil e um da Polícia Penal, e não quero furtrar essa pauta e essa homenagem tão importante, bonita e justa para a nossa Polícia Civil. Eu que fui praça do exército, policial militar, fui aprovado na Polícia Civil, mas preferi ficar na Polícia Penal. Eu quero falar aqui sobre um episódio triste que aconteceu nesta madrugada, foi a morte, o assassinato, a execução de um policial penal, que, no estrito cumprimento do dever legal, estava numa custódia hospitalar, em Caxias do Sul, pois um apenado estaria passando mal. E houve um fato muito triste nessa madrugada, a família da Segurança pública do Rio Grande do Sul chora. Nós tivemos, nos últimos meses, policial civil executado, policial militar e agora um policial penal. A Segurança pública do nosso Estado vê, todos os dias, as suas dificuldades, nós baixamos o nível de criminalidade, estamos cumprindo bem o nosso papel. Mas a Susepe, a Polícia Penal principalmente, ela via uma insegurança jurídica com a não regulamentação da Polícia Penal. Na grande maioria dos estados, a Polícia Penal foi regulamentada; A Câmara de Vereadores de Porto Alegre, por unanimidade, aprovou a moção de apoio à regulamentação da Polícia Penal. São, aproximadamente, cinco mil servidores que precisam de segurança jurídica para poder trabalhar. Por óbvio, nada vai trazer a vida desse colega de volta; mas, em nome da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, os nossos sentimentos à família, e dizer para a sociedade gaúcha que, nos momentos mais difíceis, enquanto a sociedade descansa, dorme, a Segurança pública está lá 24 horas zelando por vocês. Podem contar com a segurança pública do nosso Estado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Eu queria fazer um aparte na fala do Ver. Alexandre Bobadra, ele não usou todo seu tempo, se ele me permitir. (Assentimento do orador.) O vereador me concedeu um aparte na fala dele. E eu queria aqui, em nome da bancada do PCdoB, saudar a delegada Vanessa e dizer que é um prazer recebê-la nesta Casa; também parabéns, Ver. Radde, por promover esta homenagem. Neste momento, delegada, quando avança a falta de direitos para as minorias, para as pessoas que mais precisam, nas nossas comunidades, ter uma polícia que pense para além da utilização da força, é fundamental ter uma mulher que olhe para a intolerância, que olhe para a desigualdade, que pense que o racismo está estruturado na nossa sociedade; é fundamental para que nós consigamos, num período curto de tempo, olhar para a Brigada e para a Polícia Civil e ter nessas entidades parceiras sociais. Infelizmente eu sou de uma parte da comunidade que ainda vê a polícia como aquela que, muitas vezes, não garante a nossa segurança, mas eu tenho certeza de que nesse mesmo campo da polícia nós temos muitos avanços, dentre eles eu quero registrar a Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância, que tem recebido uma série de demandas sociais da comunidade. Queria fazer uma saudação especial aos trabalhadores e às trabalhadoras da polícia que aqui nos acompanham, nós sabemos que são muitos guerreiros e guerreiras que resistem também na polícia, que entendem seu papel social, mas que precisam entender que, nessa estrutura, que nesta sociedade racista, sim, Ver.^a Comandante Nádia, ela precisa olhar para os desiguais e pensar como, pensar formas de fazer com que a polícia garanta a segurança de todos e de todas. Sejam bem-vindos, e que esta Casa, cada vez mais, receba essas homenagens e que também vocês possam promover, na nossa sociedade, uma mudança estrutural que garanta a integridade de todos e todas. Bem-vindos!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Hoje é o dia desta homenagem trazida pelo Ver. Radde, é um tema interessante. Eu estava escrevendo enquanto me preparava, pensando algumas propostas que são importantes para a polícia e que, muitas vezes, são negligenciadas. A gente sabe que sempre é importante valorizar o trabalho de cada profissional, dando condições para que ele possa trabalhar. Muitas vezes nós pensamos somente na questão previdenciária, somente na questão salarial, mas eu entendo que existem outras condições que são importantes para que os profissionais consigam fazer a entrega do serviço para o qual eles têm a vocação e têm a missão institucional. Por exemplo, a gente sabe que é importante para a polícia ter viatura, ter armamento, ter treinamento, ter colete, e, muitas vezes, quando a gente pensa em segurança pública, a solução para todo o problema da segurança é mandar mais colete e mandar mais armamento; mas muitas vezes o gestor, que está encastelado, não conhece a realidade daqueles que lidera e acaba caindo no senso comum. E embora eu não tenha sido nominado como representante da segurança pública pelo Ver. Bobadra, embora o órgão ao qual eu

pertença não tenha tradição na segurança pública, eu faço parte da polícia judicial junto ao Tribunal do Trabalho, mas poderia ser lotado em outros locais também, e uma demanda que é importante para nós, e tenho certeza que seria importante para todos os órgãos de polícia, é a defesa jurídica daquele profissional que coloca a sua vida em jogo na defesa da sociedade. O Estado, através de um conjunto de leis, delega aos policiais a responsabilidade de proteger a sociedade, de lutar e combater o crime, defendendo a sociedade. E embora o policial receba essa missão constitucional, atrás da farda, atrás do colete, atrás da arma existe uma pessoa que tem sentimentos, que tem anseios, que tem família; e muitas vezes esse profissional acaba se vendo refém do conjunto de leis que ele é obrigado a seguir. O Estado fornece ao policial uma arma e um colete e fala: “Agora vai lá e protege a sociedade”. Mas quando o policial, agindo em defesa da sociedade, acaba puxando o gatilho em nome da sociedade, para defendê-la, quem arca com as consequências é o próprio policial. Por que eu digo isso? Quem paga a defesa jurídica do policial? O próprio policial. Embora algumas associações de policiais forneçam um auxílio jurídico, a gente sabe que é muito aquém do que deveria. A Defensoria Pública tem a limitação de renda para fazer a defesa da pessoa que busca auxílio, e nós sabemos também que a Defensoria Pública, algumas vezes, acaba tendo um aparelhamento ideológico, e o policial, que é aquele que puxa o gatilho em nome da sociedade, muitas vezes acaba se vendo refém das leis que serviriam para proteger a sociedade. É muito fácil para o gestor, muito fácil para o governador, muito fácil para o chefe de polícia abrir uma sindicância contra o policial, sem se colocar no lugar dele, e, na hora de tomar a decisão, o juiz, que está no ar-condicionado, não consegue ver todo o contexto. Até a gente vê em alguns vídeos na internet que, às vezes, o tempo de reação de um policial entre o fato e a ação é menor do que dois ou três segundos. Como a gente vai ser julgado por uma pessoa que não entende o contexto da realidade e não conhece o contexto em que ele está inserido? Tenho certeza que ontem, naquele dia em que acabou, infelizmente, perecendo um policial penal, se ele tivesse reagido e talvez matado alguém, hoje ele estaria respondendo a uma sindicância para saber se ele agiu da maneira certa ou não.

A proposta que nós fazemos, já a trouxemos em 2018 e foi levada para o secretário de Segurança Pública – mas muitas vezes quem está na posição de tomar a decisão não veio da base –, seria a criação de algum tipo de assessoria jurídica para os policiais, para que, quando o policial puxar o gatilho, ele saiba que ele está fazendo isso em nome da sociedade, e a sociedade confia nele para tomar aquela atitude. Hoje eu vejo o policial sendo demonizado pela ação feita, sendo que ninguém mais estava lá para ajudá-lo naquela situação, e, na prática, ele acaba sendo criminalizado por ter lutado, colocando a sua vida em risco. Queria trazer essa ponderação, porque, muitas vezes, quem toma a decisão não conhece a realidade daquele que segue a decisão. Vocês são o exemplo disso, pois todo o dia estão enfrentando a criminalidade, matando no peito o que o gestor, muitas vezes, finge que não é a realidade das ruas. Parabéns a vocês, porque eu sei que vocês carregam nas costas um fardo que a maioria de nós não tem coragem de levar! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Márcio Bins Ely, diretora Vanessa, delegados Eibert e Cassiano, vereadores, meus colegas e minhas colegas, boa tarde a todos. Parabênizo o Ver. Leonel Radde e me uno a ele nesta homenagem à atuação da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil, pois, como sempre menciono, para mim sempre é muito importante – e faz parte da minha caminhada pessoal e política – me manifestar em apoio à Polícia Civil. Neste momento não tem como não abrir as comportas do coração e lembrar do meu pai, Pedro Américo Leal, que foi chefe de polícia, foi secretário de segurança. No dia em que eu prestei meu juramento nesta Casa, Ver. Leonel Radde, logo após o meu juramento, o meu pai me chamou e fez um pedido: “Quero que tu cuides da Polícia Civil como eu sempre cuidei.” Ele deixava a política e eu assumia como vereadora. “Cuida da minha Polícia Civil, que ela é minha filha!” Eu tenho feito isso ao longo da minha vida aqui, como vereadora, e no Estado, quando fui secretária da cultura, e fico muito feliz que hoje vejo mais representantes da Polícia Civil. Quanto mais pessoas, melhor para nós, para brigarmos pelos direitos, pelo melhor, pela qualidade de vida dos nossos policiais. De fato, é admirável e de respeito o trabalho de equipes como as da Delegacia de Homicídios, focadas na inteligência, objetivando o trabalho preventivo, debruçadas na investigação e na elucidação dos crimes.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal. Acompanho com atenção o seu pronunciamento e agradeço a V. Exa. pela oportunidade, eu não tenho tempo agora de liderança, nem na pauta, nem entre os oradores de hoje; mas quero me somar a V. Exa. nesta homenagem e cumprimentar o Ver. Leonel Radde pela iniciativa, a Diretora Vanessa, os delegados, toda Polícia Civil por esse trabalho extraordinário demonstrado nos números eficazes da Delegacia de Homicídios. Um abraço a todas e todos, meus parabéns. Obrigado pelo aparte, Ver.^a Mônica Leal.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Pedro Ruas. Então quanto mais excelência, quanto mais aportes, seja de verbas, de condições de trabalho, de quadro de pessoal suficiente e valorizado, mais resultados positivos podem surgir pelo combate efetivo a todos os tipos de crime. Muito disso é mérito da dedicação dos policiais – mulheres e homens – especializados que atuam com competência e cientes do seu papel de utilidade pública na investigação e elucidação de crimes contra a vida. Felizmente, o Rio Grande do Sul como um todo já colhe três anos consecutivos de quedas recordes nos índices da criminalidade. Depois de consolidar, entre 2019 e 2020, a menor taxa de homicídios, para cada 100 mil habitantes da década, dados recentes da Secretaria da Segurança Pública mostram que o número de vítimas de assassinatos caiu 10,2% em janeiro, na comparação com o mesmo mês do ano passado, de 157 para 141. Em 2013, a Grande Porto Alegre era líder nacional em homicídios, na ordem de 30

homicídios para cada 100 mil habitantes, quando o parâmetro da Organização Mundial da Saúde considera que mais de 10 mortes por 100 mil habitantes é epidemia. Estávamos ganhando de São Paulo, naquela época. A vida é o nosso bem maior, assim como a saúde. Penso que tudo o que puder ser feito para a preservação de vidas é válido.

Quero finalizar aqui deixando o meu muito obrigada pelo trabalho de cada um de vocês, do comando ao menor funcionário da Secretaria da Segurança Pública, das delegacias. Enfim, contem sempre comigo, cumprindo com a promessa que eu fiz para um chefe de Polícia orgulhoso que sempre disse na minha casa, na família Leal: “A Polícia Civil é minha filha”. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Vanessa Pitrez, delegada de Polícia e diretora do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, está com a palavra.

SRA. VANESSA PITREZ: Exmo. Márcio Bins Ely, digníssimo Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; exmo. Sr. Leonel Radde, digníssimo vereador proponente desta homenagem, em seus nomes cumprimento todos os vereadores e vereadoras desta Casa; excelentíssimos delegados Eibert Moreira Neto e Cassiano Desimon Cabral, diretor da Divisão de Homicídios da capital, em seus nomes cumprimento todos os delegados e delegadas, comissários e comissárias, escritvãs e escritvães, inspetoras e inspetores, e especialmente os presentes nesta solenidade. Demais funcionários desta Casa, membros da imprensa, convidados e público presente, senhoras e senhores, boa tarde. É com muita honra e alegria que hoje viemos receber esta bonita homenagem proposta pelo nosso querido colega e hoje vereador Leonel Radde.

O Departamento de Homicídios foi criado no ano de 2013, na gestão do delegado Ranolfo Vieira Júnior, hoje vice-governador e secretário de Segurança Pública do Estado, a partir da necessidade de se especializar ainda mais a investigação do crime de homicídio, frente ao crescimento desse indicador de criminalidade. É consabido que o delito de homicídio é um balizador de violência no mundo. A ONU mede a taxa de razoabilidade de violência em cada país pela média anual de 10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Infelizmente, o Brasil ainda se encontra longe de atingir essa equação; mas o Rio Grande do Sul vem caminhando a passos largos nessa direção nos últimos anos.

Por alguns anos, o Departamento de Homicídios teve sob sua administração somente as seis delegacias especializadas sediadas em Porto Alegre; recentemente, em dezembro do ano passado, foram incorporadas ao DHPP outras seis delegacias de homicídio situadas na Região Metropolitana, nos municípios de Alvorada, Gravataí, Viamão, Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Desde que assumimos o Departamento, em 2019, passamos a trabalhar com foco máximo em dois planos de

atuação: aprimoramento da investigação qualificada de homicídios para aumento dos índices de elucidação e fortalecimento das estratégias para redução de homicídios no Estado. Para tanto, incrementamos a atividade de investigação preliminar já no local do crime, através de equipes volantes da nossa *Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento*, que atendem por 24 horas por dia todos os casos de homicídios ocorridos tanto na capital quanto na Região Metropolitana. Padronizamos os métodos de investigação de segmento em homicídios em todo o Rio Grande do Sul, através de protocolo de orientação integrada. Fortalecemos as atividades de Inteligência Policial, com maior utilização de ferramentas tecnológicas para obtenção de informações relevantes às investigações, monitoramento constante das facções e demais estratégias que visem o combate e a descapitalização das organizações criminosas que atuam no Rio Grande do Sul, que são as grandes responsáveis por mais de 80% dos homicídios ocorridos no Estado.

Em vista disso, somado ao trabalho integrado com as demais forças de segurança, os homicídios no Rio Grande do Sul obtiveram significativa redução entre os anos de 2018 e 2020, no patamar de 28%; e trabalha, em 2021, com a redução de 18,39% em cima do indicador anterior, até maio deste ano. Porto Alegre, por sua vez, obteve a redução de 102% nos homicídios entre os anos de 2018 e 2020; hoje, conta com uma redução extra de mais 9%.

É importante frisar, senhores, que os bons resultados apresentados pelo Departamento de Homicídios são fruto do trabalho exaustivo de todos os policiais que estão ou estiveram no Departamento, desde os gestores até aqueles que atuam na ponta. Cada um trouxe e traz uma contribuição valiosa para o DHPP, com sua abnegação, experiência, comprometimento e competência.

Como os senhores bem sabem, nossa missão não é fácil. Trabalhar com homicídios é árduo, é pesado e, acima de tudo, é perigoso. Lidamos diariamente com a perda do bem mais precioso do ser humano: a vida. Ninguém passa incólume ao trabalhar diariamente com mortes violentas. São vidas ceifadas pelo tráfico de drogas, na grande maioria das vezes. Vidas roubadas para o tráfico e tiradas por ele em disputas de poder; disputas essas que colocam comunidades inteiras em risco, que subjagam trabalhadores e aliciam crianças e adolescentes. Nosso papel não se restringe a apurar quem matou, como matou e por que matou, mas também a entender a dinâmica contextualizada dessas mortes no cenário social e desarticular facções criminosas responsáveis por elas. É preciso ser forte, mas humano; vigoroso, mas empático; eficiente, mas sensato; e assim são os policiais do DHPP, mulheres, homens, pais, mães, filhos, filhas, cônjuges, companheiros e companheiras que colocam diariamente sua vida em risco pela nobre missão de servir e proteger a sociedade. Dão conta da família, do trabalho e ainda conseguem tempo para exercer a solidariedade, doando cestas básicas, cozinhando e distribuindo comida aos moradores de rua de Porto Alegre, ações que o DHPP faz habitualmente.

Por isso, senhores, é em nome desses policiais que hoje lidero com muito orgulho que tenho a honra de vir receber esta belíssima homenagem. De fato, eles merecem. Agradeço, de coração, a todos os vereadores desta Casa por tamanha

honraria, principalmente aos vereadores Cecchim, Nádia, Bobadra, Bruna, Sangalli, Mônica Leal e Pedro Ruas, pelas suas belas palavras, mas o meu agradecimento muito especial vai para o Ver. Leonel Radde, que, além de ser o proponente desta homenagem, foi um dos grandes policiais que passaram pelo DHPP e com sua dedicação e competência muito contribuiu para os resultados positivos do nosso departamento. A todos, o meu muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, delegada Vanessa. Queremos nos somar aqui a todos que nos antecederam e realmente fazer este agradecimento em nome da Câmara, todo esforço, dedicação e empenho da Polícia Civil em prol, em especial, na elucidação dos homicídios, a favor da vida, que nos é tão cara, como bem foi mencionado pela senhora, com essa situação que o tráfico impõe à nossa sociedade, infelizmente. Em especial, agradecemos a iniciativa do Ver. Leonel Radde em homenagem à atuação da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil pela redução da criminalidade em Porto Alegre e em todo Estado do Rio Grande do Sul.

Convido o Ver. Leonel Radde a fazer a entrega do diploma aos homenageados.

(Procede-se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Parabenizamos, mais uma vez, os integrantes da Polícia Civil e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h04min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h08min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Amigos do Museu de Porto Alegre –Amupoa, que tratará de assunto relativo à situação do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. O Sr. João Carlos Salgado de Los Santos, presidente da associação, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JOÃO CARLOS SALGADO DE LOS SANTOS: Prezado Presidente Márcio Bins Ely, prezados e ilustres vereadoras e vereadores, boa tarde! Agradecemos a oportunidade de vir à Casa do Povo da nossa cidade, que é a Câmara de Vereadores, para falar sobre a casa da memória de Porto Alegre, o Museu de Porto Alegre Joaquim

José Felizardo. Temos convicção de que todos os que aqui nos assistem aqui, neste momento, conhecem o local, emblemático para a nossa cidade. Apesar de ser um elemento fundamental da nossa cultura, o museu corre riscos muito grandes não somente em relação à sua estrutura física, como também em relação à sua função. Por esse motivo, consideramos fundamentais a atenção e o apoio de vocês.

Meu nome é João de Los Santos, sou historiador, nascido e morador desta cidade desde sempre. Estou aqui representando a Amupoa, Associação dos Amigos do Museu de Porto Alegre. Em 2019, criamos a associação com propósito de mobilizar recursos e de angariar fundos para dar suporte ao funcionamento do museu e construir o seu anexo. Atualmente, o Solar já não consegue abrigar de maneira adequada o seu acervo, sendo que muitas salas utilizadas para esse fim e também para tarefas administrativas poderiam se transformar em locais para exposição. Porém, devido às circunstâncias que serão apresentadas, nos últimos tempos, restou a tarefa de apelar para a sociedade para salvaguarda do seu acervo e finalidade social.

No começo da nova administração da capital, a associação ficou muito honrada em ser recebida pelo secretário de cultura Gunter Axt. No seu primeiro pronunciamento público no cargo, ele citou que as associações de amigos eram peças fundamentais para o Município gerir os seus equipamentos culturais. No entanto, o diálogo foi encerrado de modo unilateral, sendo que as agendas para alinhar as parcerias sobre o tema foram negadas por parte da secretaria. Infelizmente, não há, por parte do secretário, respeito e consideração devidos a esta associação. Enquanto isso, desde janeiro deste ano, o museu foi alvo de cinco invasões, com furtos e vandalismo, sendo que tal sequência foi amplamente divulgada pelos principais veículos de comunicação. A associação está preocupada com a situação de abandono do local, assim como ocorre em outros ambientes culturais como o Centro Municipal de Cultura.

Depois de quatro meses sem direção, foi nomeado para o cargo Vicente Bogo. Formado em filosofia, Bogo jamais atuou na área de museologia ou patrimônio cultural. Causa espanto não ter uma nomeação técnica mais apropriada, tendo em vista a qualificação tanto dos funcionários da instituição quanto do próprio quadro de apoiadores da atual gestão, que poderiam contribuir de maneira muito mais satisfatória. Entendemos que uma instituição tão importante não pode ser negligenciada. Políticas públicas específicas para o setor devem ser trabalhadas por especialistas no tema; entretanto, a atuação da secretaria, ao que indica, está sujeita não às orientações da cultura, à qual o prédio é vinculado, mas sim à Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos. Segundo informações veiculadas pela imprensa em *blogs* específicos, a intenção é que o museu seja utilizado como um ativo econômico, ou seja, utilizada a estrutura do museu, mais notadamente o seu paço, como espaço a ser concedido para a iniciativa privada, para exploração comercial. Isso desvirtua completamente os propósitos da instituição, sendo desrespeitado o seu plano museológico que prevê a utilização do ambiente para resguardar o acervo histórico e arqueológico, executar ações de educação para o patrimônio, constante qualificação do seu corpo de funcionários, bem como manter a ambiência do espaço do pátio como

local de ações culturais e preservação de espaço verde em meio ao ambiente urbanizado.

Cabe ressaltar que, até o momento, não foi apresentado de maneira adequada um plano de utilização do local por parte do Executivo municipal. Nossa associação está disposta ao diálogo, e todo apoio ao museu será bem-vindo. Entendemos que a preocupação com a economia é importantíssima, porém há mais locais em Porto Alegre para que ações desse tipo sejam realizadas. Temos uma herança cultural a ser respeitada. Joaquim José Felizardo foi o primeiro secretário de cultura de Porto Alegre, era um historiador, assim como o atual secretário. A sua luta pela preservação de um dos últimos remanescentes da arquitetura colonial portuguesa foi abraçada por uma série de intelectuais importantíssimos da nossa história. Mas não só isso. Ali estão os registros da história, especialmente os europeus, negros, indígenas, em suma, de quem viveu, construiu e amou essa cidade. Prestes a completar 250 anos de fundação, entendemos que o museu vai ser o norteador das ações, dessa importante data. Enfim, o museu não é apenas um ativo econômico; é um ativo cultural e deve ser utilizado para esse fim.

Por isso, prezados vereadores e vereadoras, em nome da sociedade civil, trago um apelo, para que exerçam o seu dever previsto na Constituição Federal, de proteger o nosso patrimônio cultural, nossa identidade e nossa história. Só o povo que conhece e preserva a sua história tem condições de construir seu futuro, entendendo que a cultura é o nosso maior patrimônio.

Agradecemos a acolhida nesta casa, tendo a convicção de que os novos representantes aqui eleitos pelo povo de Porto Alegre nos auxiliarão nessa tarefa de resguardar o museu e de dar a destinação para o qual foi criado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY: O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, eu queria cumprimentar o João de Los Santos - que me lembra sempre do presidente do sindicato dos advogados -, meu grande e particular amigo. Quero dizer também que tive a honra de ser amigo do Joaquim José Felizardo, com quem travamos grandes lutas, lado a lado, nas mesmas trincheiras, e me espanta, meu caro de Los Santos, que o poder público municipal tenha esse descaso com os nossos museus. Veja o amigo que, no início de 2020, ainda antes da pandemia, eu visitei o Museu Júlio de Castilhos. Eu tinha uma referência de que ele estava num estado de abandono e, infelizmente, ele estava. Não sei atualmente, mas estava, realmente, em abandono absoluto, com peças, do líder político, históricas, que não tinham o cuidado devido, enfim, com o prédio, inclusive, com vazamento de água, e uma série de situações. E aqui o que o de Los Santos nos traz é a lembrança desse museu, Joaquim José Felizardo, algo de extrema relevância, e nós temos que assumir contigo, de Los Santos, o

compromisso de estarmos juntos nessa luta, de dialogarmos, de buscarmos uma solução que viabilize a existência correta e adequada do museu aqui em Porto Alegre. Alguns de nós já teve a oportunidade de visitar países europeus e o primeiro passeio são nos museus. Mas, infelizmente, os nossos museus não têm condições adequadas de atrair pessoas que conheçam a nossa história, a nossa cultura, a nossa identidade. Parabéns pela sua tribuna popular. Conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY: A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, eu ouvi atentamente a questão trazida pela Associação do Museu e fui pesquisar imediatamente, até porque tenho uma ligação, um vínculo com a área da cultura, já que fui secretária da cultura, no governo Yeda Crusius, e tem algumas coisas aqui que precisam ser ditas. O diretor do museu foi indicado, é um ex-vice-governador, o Vicente Bogo, e essa afirmação de dizer que ele não tem nenhum vínculo com a área da cultura eu não aceito. Porque eu não tinha vínculo nenhum com a área da cultura e fui cumprimentada pelo Tribunal de Contas do Estado, na época, pelo Dr. Sandro Pires, como a melhor secretária da cultura que fez gestão. A cultura precisa de gestão e, nos museus, é importantíssimo gestão nos acervos, pois os museus são espaços de conhecimento, aprendizado, diálogo, inclusão social, são espaços que guardam o tempo, e o nosso Rio Grande do Sul tem tradição nessa área dos museus. Então, eu quero aqui deixar bem clara a minha posição. Eu conheço o ex-vice-governador Vicente Bogo, já conversei com ele – ele é um estudioso, um professor – e ele está empenhadíssimo, já que o Museu Joaquim Felizardo é responsável pela preservação da memória da capital do Rio Grande do Sul. Então, eu não tenho dúvida de que ele está em ótimas mãos. Inclusive, me coloco aqui à disposição para tudo que for preciso. Me procurem, que eu falo com o Prefeito, estou disposta a isso. O MARGS era um museu, quando eu assumi, que tinha que ser climatizado, mas, como não havia dinheiro, inclusive, tinha um decreto estipulando cem dias sem nenhum gasto, eu fui buscar na iniciativa privada a climatização do MARGS, para que ele pudesse receber as maiores exposições, como, por exemplo, a da França. Então, me coloco aqui à disposição para ajudar no que for preciso, mas estou tranquila quanto à indicação do Prefeito do diretor do museu.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY: A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas, vereadores e vereadoras, ouvi, de forma muito feliz, essa intervenção, porque a

gente sabe da importância da cultura. Eu não vou me alongar muito, mas quero saudar o presidente da associação e a todos aqueles que fazem do seu caminho, da sua trajetória, uma defesa pela cultura. Porque defender a cultura é defender a democracia. E é mais do que necessário que nós compreendamos essa relação, porque isso constrói uma proximidade, principalmente com a população que mora mais às margens, com aqueles que ficam distanciados dos grandes centros. Então, pautar a cultura, nesses espaços, é pautar a democracia e a inclusão real.

E eu falo aqui que o Museu Joaquim Felizardo é um dos principais equipamentos culturais da preservação da memória nesta cidade, em razão dos seus grandes acervos -, e por ser um espaço físico mais do que necessário, no centro da cidade, para fazer esse acolhimento, e pelo fato de ser um espaço de encontros. Nós nos colocamos aqui nessa defesa, pela importância desse espaço cultural no centro da cidade. E esse deve ser um processo debatido amplamente com toda a sociedade. Nós o defendemos, e aqui falo não só em meu nome, mas também em nome da bancada do PCdoB – e estou muito feliz com o retorno da Ver.^a Bruna, seja bem-vinda -, pelo fato de que compreender essa relação é destacar que esse museu tem um papel muito importante - e aqui na cidade, nesse espaço central, ele cumpre um papel fundamental.

Também, finalizando minha fala, quero destacar que os territórios negros desta cidade surgiram dentro da secretaria de educação aqui no Município, com a finalidade de auxiliar uma lei federal, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história da cultura africana nas escolas. É necessário que nós tenhamos essa responsabilidade de fazer com que esse espaço venha a se constituir com toda a pluralidade e adversidade, que somos nós nessa sociedade.

Então, fica aqui o nosso espaço, sempre aberto para essa defesa, e o nosso muito obrigada pelo fato de hoje estarmos aqui debatendo, com toda a responsabilidade necessária, essa pauta, Presidente. Não existe possibilidade de construirmos novos caminhos, se não valorizarmos a cultura, se não valorizarmos quem somos, e essa história, que é a história negra, é fundamental para essa sociedade e para o nosso Município.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY: O Ver. Matheus Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente, quero cumprimentar a todas e todos, especialmente o João de Los Santos, a Associação dos Amigos do Museu, os funcionários da equipe técnica do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, e a todos que estão preocupados com a situação do patrimônio histórico de Porto Alegre. O que a fala do João deixou bem nítida é a necessidade de nós termos a apresentação de um projeto para o espaço do Museu Joaquim Felizardo. Aquele espaço preserva uma parte importantíssima da história social, da história política e institucional da cidade de Porto Alegre, como a Ver.^a Daiana já mencionou, é parte

também dos territórios negros da nossa cidade. Ali, naquele ambiente, é possível a gente compreender a evolução do espaço urbano de Porto Alegre, a localização da população que foi escravizada na cidade, a forma como ela se movimentou pelo nosso território, ou seja, há um valor inestimável no acervo do museu e naquele ambiente do solar, que, infelizmente, nos primeiros meses de 2021, teve muitas dificuldades. Sofreu com assaltos, depredação, teve o seu pátio, que tem belas árvores, tem um espaço importante do ponto de vista histórico-cultural da cidade de Porto Alegre, jogado às traças, com muita dificuldade de se fazer o básico ali. A capina, as podas, até este momento, não foram feitas e ameaçam também a estrutura do solar. É muito importante que haja um projeto. Nós estamos sabendo da possibilidade de parcerizações, de terceirização do espaço do museu, o que é questionável, inclusive, pela legislação que rege um ambiente como esse. E nos preocupa que isso não esteja ainda colocado de forma aberta para a Câmara de Vereadores e para os interessados na cultura e na história da nossa cidade, é importantíssimo que isso apareça. Há um debate estratégico que nós vamos ter que encarar aqui na Câmara de Vereadores também, que é a importância de a Prefeitura, de o poder público financiar a cultura e o patrimônio histórico da cidade de Porto Alegre. O orçamento, que nós vamos debater aqui no fim deste ano, vai ter que olhar com muito cuidado para a cultura da cidade de Porto Alegre. Não pode ser que se mantenha a tendência de diminuição do orçamento para a cultura. Bem pelo contrário, é dever do Estado fortalecer, proteger, estimular a cultura e seus espaços, bem como a educação e outros direitos sociais. Essa discussão nós vamos ter que encarar, porque nós estamos falando hoje do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, mas nós temos outros temas também para discutir. Nós temos a situação do Arquivo Moysés Vellinho, nós temos a situação de vários espaços importantíssimos na nossa cidade, projetos, como Territórios Negros, que não podem continuar da forma como estão. É uma discussão global e, dentro desse quadro, se insere a importância de ser apresentado para nós e para a sociedade civil qual o projeto que se pretende a partir da gestão do prefeito Sebastião Melo para o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Muito obrigado, Presidente, mais um abraço para o João de Los Santos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero, neste tempo curto, mas um tempo importante, em nome do partido das trabalhadoras, dos trabalhadores desta cidade, Sr. João, no seu nome, cumprimentar todos aqueles que lutam pelo Museu Felizardo, não só o museu, mas pela cultura na cidade. Cultura não se faz com gestão apenas, gestão é importante, mas o importante é dinheiro. Eu falo como professor de música, musicista que sou há muitos anos. A cultura, ela não tem espaços, muitas vezes, nos governos, e esses espaços precisam ser criados. Aqueles que já existem têm que ser alargados, é o caso deste museu. Este museu não pode ser transformado num espaço de

venda e compra de mercadorias. Ele tem que ser um espaço de fruição, um espaço de construção de conceitos estéticos, de experiencição a partir das diversas formas de olhar a natureza social e física, e traduzi-la com linguagens específicas, que são as linguagens das artes, fundamentais para a gente enfrentar todos os tempos históricos. É uma forma de ver e olhar este mundo ao nosso redor e construir com ele outra simbiose, outra sintonia, outra forma de ser e estar como ser humano neste planeta. Portanto, aqueles agentes que produzem cultura e que zelam pelos acervos precisam ser ouvidos. Esses são os atores primeiros que têm que estar na roda de discussão sobre esse importante setor público que é o setor da cultura, dos museus, dos espaços culturais, dos teatros. Então, meu Presidente, eu quero, saudando o Sr. João, saudar todos os artistas da cidade, todos os ideais que as pessoas comungam em volta da cultura e que produzem a nossa Porto Alegre. Nossa Porto Alegre tem uma diversidade enorme, e essa diversidade só vai ser respeitada quando a gente colocar devidamente a cultura no orçamento da cidade. Eu quero também fazer uma solicitação à Casa, à diretoria, à Mesa Diretora desta Casa: que possa olhar mais para a cultura, já que, nesta pandemia terrível do ano passado, a gente esqueceu esse setor. É um setor que está muito empobrecido, é um setor que não tem espaço para trabalhar. Eu acho que a Câmara de Vereadores pode ser uma promotora de mais ações culturais. Espero que, na sua gestão, a gente possa ter esse acolhimento. Acredito que teremos com certeza, porque o senhor é um cidadão, um vereador que anda muito ao lado da cultura. Parabéns, Sr. João, parabéns àqueles que lutam pela cultura. Vida longa ao museu e à associação! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Quero dizer que eu fiquei muito feliz com a fala da Ver.^a Mônica, e poderia só ter assinado embaixo, Mônica, porque o novo diretor do Museu Joaquim Felizardo, professor Vicente Bogo, ex-governador, tem um currículo maravilhoso. Ele é licenciado em ciências, matemática, filosofia, psicologia; pós-graduado em educação e com especialização em administração escolar, em filosofia política, em sociologia; lecionou em vários colégios, tem um currículo invejável. Criou o primeiro cursinho pré-vestibular da região de Santa Rosa, assessor de comunicação de educação, cooperativas, enfim, se eleger, depois, tem um currículo invejável a muitas pessoas. Realmente trabalhou, trabalha e vai trabalhar muito mais ainda pelo Museu Joaquim Felizardo. Fico muito tranquila de saber que o prefeito Melo colocou uma pessoa tão capacitada e que pode fazer a gestão que toda a Porto Alegre necessita e precisa para esse museu. Museu é história, museu é vida, museu é dizer, mostrar ali para aqueles jovens, para aquelas crianças tudo o que aconteceu e que está acontecendo, não é apagar da história a nossa cultura, o nosso patrimônio. Só vim reforçar as palavras, Presidente, e dizer que fico muito feliz com a

escolha do Melo. Dou total apoio do nosso ex-governador Vicente Bogo nesse museu, que vai ser tratado como deve, com gestão e competência. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos a todas as bancadas que se manifestaram e, em especial, ao João Carlos de Los Santos, presidente da Associação dos Amigos do Museu de Porto Alegre, a quem desejamos uma boa tarde. Caso queira continuar acompanhando os trabalhos, fique à vontade conosco.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente, meus colegas, minhas colegas; eu vou falar de forma mais pausada, porque ainda me encontro numa crise de asma, mas bem. Gostaria de vir a esta tribuna, primeiro, para repudiar todos os ataques que uma parceira, uma amiga, uma ex-vereadora desta Casa, Manuela D'Ávila tem sofrido, ataques esses que não pouparam nem mesmo uma criança de cinco anos. Venho a esta tribuna, Presidente, demonstrar a solidariedade da bancada do PCdoB, que acredita que a política deve e precisa ser cada vez mais ocupada por mulheres. Quando nós vemos uma mulher da estatura de Manuela, uma mulher que é uma referência nacional, que é uma liderança nacional ser atacada desta forma, de uma forma dura, cruel, por grandes campanhas de ódio, nós entendemos um pouco do que acontece no nosso País, nós entendemos do porquê que nós já estamos em quase meio milhão de mortos pela Covid, porque não está desassociado. Essa mesma campanha que mata aos montes os brasileiros e brasileiras deste País, é tocada pelos mesmos que atacam Manuela e Laura; a Laura, uma menina de cinco anos, que adora Harry Potter. Eu quero dizer, Laura, a ti, que o ódio é parte daquela turma das sombras, que tenta acabar com os nossos sonhos, que ataca as nossas crianças. Aliás, quando eu era pequena, até as sombras deixavam as crianças de fora, colocavam as crianças de lado para que a disputa fosse de igual para igual, mas a gente vive um período tão difícil, em que as campanhas de ódio não poupam nem as crianças, não protegem mais nem aqueles que deveriam ser os protegidos por todos e todas nós. É muito triste ver o rosto de uma menina de cinco anos sendo propagado pelas campanhas de ódio em todas as redes sociais desses aí, que, inclusive, alguns fazem parte desta Casa. É muito triste saber que homens desta Casa, vereadores desta Casa compartilharam o rosto de uma menina que tem cinco anos de idade. Cinco anos de idade. É criminoso isso, e eu posso afirmar que é criminoso porque o ECA garante a integridade das crianças e adolescentes, e a Laura tem só cinco anos. Nós elegemos a maior bancada feminina das capitais deste País. Nós, semana passada, aprovamos uma moção de repúdio ao feminicídio, mas é nesta capital, é nesta cidade que uma menina de cinco anos é brutalmente agredida, é... Eu acho que toda e qualquer mãe desta Casa se emociona quando fala de uma criança que recebe ameaças de estupro, porque assim como nenhuma mulher deve passar por isso, nenhuma criança, nenhuma Laura pode ser

ameaçada de estupro. É inadmissível que alguns de nós pactuem com isso. Eu venho aqui, em nome da bancada do PCdoB, prestar a nossa solidariedade à Manuela, que por muitos momentos se colocou contra os ataques que outras mulheres, não do campo da esquerda, sofriam, como Joice, como Miriam, que fez cartas falando da necessidade de nós repensarmos a forma de fazer política. Eu acredito que aqui nós elegemos a maior bancada feminina das capitais porque o povo quer mais mulheres na política, para que ela se torne mais humanizada. Eu não acredito que nem uma mulher desta Casa gostaria de ter o rosto do seu filho espalhado pelas redes e recebendo ameaças que o seu filho ou sua filha seria estuprada. Imagina se o seu filho ou sua filha tivesse cinco anos, sem condição nenhuma de defesa. Eu tenho uma filha de 16 anos, e eu tenho certeza que se dói em mim aqui, eu fico imaginando como deve doer na Manuela, uma mulher que paga a conta por expressar a sua opinião, porque foi isso que foi dito, que ela deveria pagar a conta por expressar a sua opinião. Nenhuma de nós, seja de direita ou de esquerda, deve pagar a conta com a vida dos seus filhos, nenhuma de nós deve ser criminalizada por ocupar a política com as suas opiniões. Nenhuma de nós, Cecchim – eu tenho certeza que tu não és um defensor disso. Eu tenho certeza, Mônica, que tu não gostarias de ter o rosto do teu filho ou da tua filha, exposto nas redes sociais e que logo após recebesse ameaças. Também eu tenho certeza que tu, Comandante Nádia, uma mulher que é da polícia, que é mãe, jamais gostaria de ter o rosto do teu filho explanado por aí e que logo após recebesse ameaças, e que ao dormir de noite tivesse medo que alguém fosse fazer qualquer dano. Fica aqui a nossa solidariedade, a solidariedade do PCdoB, nós vamos estar fazendo uma moção de solidariedade, de apoio a Manu e Laura, e eu tenho certeza que esta Casa vai dar uma demonstração de solidariedade, porque nenhuma mulher, Presidente, deve ser criminalizada pela posição política ou pela forma que atua. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, colegas, público que nos assiste; volto a esta tribuna para falar sobre previdência, não podemos deixar esse papo encerrar. Temos que discutir, temos que conversar, e isso é importante. Eu quero aqui trazer, para quem nos escuta, principalmente para os funcionários públicos municipais que estão ligados aqui na Câmara e que não são do Simpa, porque infelizmente o sindicato tomou para si essa pauta, e que não é deles. Hoje, nós não podemos estar desconectados da realidade. Há pouco, eu conversava com o jornalista da Zero hora e dizia para ele: Quanto tu ganhas? Não quero saber, mas com certeza tu não vais te aposentar com R\$ 9.064,00, Ver.^a Cláudia, que é o caso de uma professora com 40 horas no nosso Município. Por certo, um jornalista vai pagar o seu INSS, que é o acontece hoje com as professoras da rede particular. Vamos lá, fazer comparações e ver se a reforma da previdência do Município

realmente é tão ruim assim ou isso é uma pauta política do sindicato dos municipais, muitas e muitas vezes trazidas pelos Jonas, pela deputada Sofia Cavedon. No Município, hoje, uma professora se aposenta aos 50 anos com R\$ 9.064,81. Com a reforma da Previdência, ela vai se aposentar com 57 anos, ou seja, ela tem que trabalhar sete anos a mais, mas ela vai se aposentar com os R\$ 9.064,81, e mais do que isso, com paridade e integralidade. O que significa isso, que, às vezes, as pessoas não entendem aqui? Significa que se um professor da ativa receber um aumento do prefeito para R\$ 11 mil, aquela professora que se aposentou aos 57 anos vai ter o mesmo aumento para R\$ 11 mil. Vamos para uma professora da rede particular, em que os valores são regidos pelo Sinpro – não sou eu que estou trazendo: 40 horas, uma professora recebe R\$ 7.084,00. Ela vai trabalhar quantos anos pagando INSS? Fica a dúvida, não é? É bom aqueles vereadores que não sabem fazerem a pesquisa, porque ela vai trabalhar muito mais que a professora do Município e vai receber, com certeza, Presidente Márcio, na sua aposentadoria, muito menos do que ela recebia quando ela estava na ativa, e não vai ter paridade e integralidade. Que tão ruim é essa reforma da Previdência, Cecchim, que as pessoas estão desconectadas? São negacionistas, que dizem “não” por “não”, infelizmente. Mas vamos a outros dados: há pouco nós fomos barrados aqui, os vereadores que são a favor da previdência não podem entrar na Câmara quando querem, são barrados, e ficou a deputada Sofia Cavedon ali, com o seu microfone, se prestando – para mim é um papelão –, impossibilitando a entrada dos vereadores aqui. Pois a deputada Sofia Cavedon ingressou no Município em julho de 1985 e trabalhou sabe quanto tempo em sala de aula, que é isso que interessa, não é? Oito anos. Oito anos e se aposentou pelo Município com salário de R\$ 14 mil. Mas aí é bom ficar gritando, quando o dinheiro não é do seu bolso. Hoje nós sabemos que a Prefeitura coloca, Ver. Janta, R\$ 3,5 milhões, para mais, por dia, por conta do rombo que tem na previdência. Um valor que poderia estar sendo usado nos postos de saúde, na educação, na segurança e em tantas outras coisas. Agora, quem diz “sim” para a reforma da Previdência são pessoas que moram e trabalham em Porto Alegre. São jornalistas, advogados, servidores estaduais policial penal, policial militar, psicólogos, empresários, porque conhecem a realidade, de onde vem o dinheiro; o dinheiro vem do trabalho, do labor, das mãos das pessoas. Não sai de árvore, não é fruta. Agora quem diz “não” para essa reforma está dizendo “sim” para os 22% de aumento da alíquota, e isso vai ser de imediato; aliás, quem diz “não” são aquelas pessoas que ficaram por muito e muito tempo junto dos sindicatos, à disposição de entidades representativas, são aquelas pessoas que pulam catraca, *black blocs*, etc. Então, cabe à população de Porto Alegre ver o que é bom e o que é errado, o que está certo e o que não está, porque aqui a gente não veio para brincar, e nós trabalhamos por 1,5 milhão de porto-alegrenses. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Jonas Reis (PT): Quero fazer uma questão de ordem, porque fui citado no discurso da Ver.^a Nádia, que trouxe uma série de inverdades à TVCâmara e à TV aberta inclusive envolvendo meu nome, o nome da deputada Sofia. Trabalhe com

ideias, não trabalhe atacando pessoas! A senhora é aposentada do Estado, ganha um salário bem gordo do Estado; a senhora pode ter salário, aposentada com menos de 50 anos; as professoras não. Isso é um absurdo, absurdo, absurdo.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, eu queria propor a V. Exa. que nós fizéssemos aqui um cursinho do que é uma questão de ordem, isso nós aprendemos na política estudantil, e nós não podemos banalizar um argumento importante chamado questão de ordem. Aqui todo mundo, quando vai falar, diz que é Questão de Ordem! Peça o tempo do seu colega, peça alguma coisa e se defenda lá na tribuna. Não é Questão de Ordem isso que o Ver. Jonas fez aqui neste momento. E não vou entrar na situação da deputada Sofia Cavedon; eu mesmo denunciei às vezes da tribuna que ela era professora de educação física, que quase nunca trabalhou e se aposentou com R\$15 mil.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Presidente, vereadores e vereadoras; boa tarde a todos e todas que nos assistem pela TV Câmara, é um prazer estar aqui hoje no nosso trabalho intenso. Primeiro eu quero parabenizar o Ver. Leonel Radde pela homenagem à Delegacia de Homicídios da Polícia Civil. Parabéns, vereador, eu sempre estou junto nessas homenagens ao pessoal da segurança, que coloca sua vida em risco pela população. Fiquei muito feliz pela sua homenagem e seu trabalho.

Quero falar um pouquinho sobre o assunto que tem sido muito debatido, o assunto da Previdência. Antes, eu não tinha sido procurado praticamente por nenhum servidor, e agora, quando entrou a questão das alíquotas, alguns servidores entenderam que o remédio menos amargo é aprovar a reforma da Previdência, melhor do que o aumento propriamente dito das alíquotas, porque vai gerar uma carga imediata sobre os valores a receber ou a pagar dos servidores. Na minha opinião, nesse caso, todos têm razão: os servidores não querem perder seus direitos, alguns entendem que precisam da sua reposição. Por outro lado, nós temos no Brasil 14 milhões de pessoas desempregadas que também esperam a reposição não do salário, mas a reposição do trabalho, estão aí precisando de emprego, precisando de um trabalho que perderam em função da pandemia. Alguns dias atrás, numa sinaleira, uma pessoa me reconheceu, ela estava ali pedindo – eu estava sem máscara no meu carro, mas coloquei –, era uma pessoa que trabalhava num restaurante com mais seis pessoas, o restaurante fechou, e essa pessoa estava na sinaleira pedindo comida para poder sobreviver. Então nós vivemos um período em que o índice de desemprego é muito grande, as pessoas estão desesperadas querendo emprego. Até alguns servidores disseram para mim: “Vereador, tenta convencer outros vereadores para votarem na questão da reforma da Previdência”. Eu tenho dito o seguinte: eu, pessoalmente, respeito a decisão, a consciência e a opinião de cada colega, cada vereador, sabendo que cada um é responsável pela sua consciência,

pelo seu mandato e têm que ser respeitados nas suas posições. É função minha respeitar todos os posicionamentos, respeitar a opinião de cada pessoa, porém entendemos que é um remédio menos amargo a reforma da Previdência. Eu, como gestor financeiro, sei que matemática não tem mágica, então, quando as contas não fecham, o sacrifício precisa ser feito. Quero deixar aqui a minha palavra nesta tarde, também voltando sobre assuntos que foram falados, sou contra qualquer tipo de violência, seja contra a criança, o adolescente, a mulher, seja violência doméstica, seja violência urbana, seja qualquer tipo de violência. Desejo a todos uma boa tarde, que Deus abençoe a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que nos acompanha nesta sessão da tarde. Quero me solidarizar ao assunto trazido pelo nosso líder de oposição Pedro Ruas e também pela nossa colega Bruna, sobre algo que nos indigna, ter que presenciar tais atitudes, ações da extrema-direita neste País, neste Estado e agora, claramente, na nossa cidade. A nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, representada por este vereador e pelos vereadores Reginete, Jonas e Leonel também manifesta, com certeza, sua indignação com a escalada da violência política em todo o Brasil e também na nossa cidade. As agressões e ameaças ocorreram contra a Manuela d'Ávila, que foi nossa vereadora, deputada estadual e federal, candidata à vice-presidência da República, candidata à prefeita de Porto Alegre. Para mim está claro, preciso que a extrema-direita tem medo da oposição e tenta fragilizar com agressão, ódio e violência todas as nossas lideranças políticas do País. A Manuela é nossa referência como candidata que fez mais de 42% do eleitorado porto-alegrense, portanto temos que respeito pela democracia, pela ética e pela dignidade das pessoas. Manuela D'Ávila e sua filha, familiares, inclusive, foram vítimas de um compartilhamento de imagens de uma criança nas redes sociais por pessoas ligadas ao governo, por familiares do vice-prefeito, que foi vereador desta cidade, Ricardo Gomes. Lamentável dizer isso, eu jamais queria dizer isso nessa condição. A filha da nobre e querida deputada, candidata nossa à Prefeitura de Porto Alegre, Laura, com cinco anos de idade, teve uma foto sua exposta nas redes, na rede do ódio, na rede da violência, e compartilhada por um familiar do vice-prefeito, inclusive por um vereador desta Casa – eu gostaria que ele se manifestasse. Lamentavelmente, a política do ódio contra Manuela está inserida no contexto de um país onde a democracia é ameaçada por defensores do ódio, da miscigenia, do racismo, da homofobia. Olhem o que aconteceu recentemente em Recife, em Curitiba. Não é por acaso, não é por acaso. Todas essas ações são alimentadas por redes de ódio na internet, quanto a militantes somente de esquerda. A bancada de oposição aqui – e tem razão quando o Pedro Ruas e a Bruna levantam isso – lamentavelmente, não pode conviver com esse tipo de atitude no nosso meio, e é por

isso que nós queremos fazer uma nota de solidariedade dos colegas vereadores e vereadoras, termos uma moção para mostrar que a Câmara de Vereadores não pode conviver, compartilhar e aceitar esse tipo de violência para com nossos familiares, familiares dos políticos, familiares de qualquer um que seja. Afinal de contas, a política do ódio só alimenta cada vez mais esse ódio contra a ideia da democracia, da liberdade de expressão, e, acima de tudo, do ir e vir das pessoas – infelizmente, neste atual governo federal, as pessoas não estão tendo o direito da livre manifestação. Então, neste sentido, gostaria que os colegas vereadores e vereadoras, ao entender que isso foi algo muito deslocado, inaceitável, descabido, que deve ser odiado com indignação de todos nós, queremos aqui, não só nos solidarizar com a nossa querida e sempre deputada e vereadora desta Casa, Manuela d'Ávila, como também com seus familiares. Nesse sentido, repugnamos qualquer um que venha a tomar uma atitude dessa natureza. Fico feliz, quando alguns vereadores e vereadoras, independente de onde estão, se estão na base ou não, se estão lá na comunidade ou não, se estão defendendo as causas para o bem da Cidade, que creio ser o nosso objetivo, nesse momento repugnam atitudes de tal natureza. Portanto, em nome da nossa bancada, queremos aqui dizer à grande e nossa colega, amiga, companheira, candidata a prefeita de Porto Alegre, com 42% dos votos válidos, tem que ser respeitada, não só ela, como toda sua família, como todo cidadão porto-alegrense, gaúcho e brasileiro. Um forte abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcio, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero e preciso manter a calma, preciso estar sereno; antes disso, quero também me solidarizar com a amiga Manuela d'Ávila, com sua filha, sobre tudo o que está acontecendo na nossa Cidade e no Estado. Mas preciso manter a calma porque, com profunda decepção, entristecido, ouvi, na semana passada, o Ver. Cecchim me chamar de homofóbico e dizer que publicaria, que divulgaria meu contracheque. Eu disse que não haveria, não tinha o que fazer! Ele publicou meu contracheque no grupo de WhatsApp de seus amigos, da confraria oficina dos amigos. Meus amigos que participam daquela confraria me telefonaram e me perguntaram o que estaria acontecendo. Muito bem! Hoje pela manhã, ouvi uma “pérola” na rádio Guaíba. O comentarista, falando de nós, que votaríamos contra, que meu salário seria R\$ 42 mil mensais, que, se fosse, não teria problema e que eu teria trabalhado no Município apenas dois anos, me aposentando. Duas mentiras. De onde ele tirou, não sei. Primeiro, que não ganho R\$ 42 mil por mês, ganho bem menos! E se ganhasse, repito, ganharia. E, segundo, nunca fui servidor público municipal. Eu tenho 46 anos de serviço público, acredito ser criminosa a exposição de meu nome, querendo me prejudicar. Jamais imaginei que colega nosso, alguém que considerei amigo de longos anos, faria uma coisa dessas, expondo-me, pretendendo me ridicularizar, talvez!

Eu fiz diversos concursos, passei em todos; aliás, em primeiro lugar – nunca falei isso – há muitos anos, num concurso onde participaram dezenas de milhares de pessoas. Eu disse à época quando o Cecchim falou “publica o teu salário”, Cecchim, divulga tua remuneração. Por que só a minha? Divulga, para ver onde estamos! Disseram que me mandariam a divulgação – depois me ligaram dizendo que não podiam mais mandar porque foi apagada. Por que apagaram? Por que apagaram? Muito bem! Ainda nós temos pessoas que acreditam que o servidor público precisa ganhar R\$ 3 ou R\$ 4 mil por mês, é demais. Na iniciativa privada, vendendo pedra, pode ganhar R\$ 10, R\$ 20, R\$ 30, R\$ 50, R\$ 100 mil que não tem problema. Se a iniciativa privada gera emprego e renda, como tanto se diz, nós, do serviço público, e tantos outros, geramos serviços, não podemos ser hostilizados desta maneira, não podemos! Aliás, fui o primeiro vereador que conversou com os servidores, dizendo que a lei complementar poderia ser mais perigosa – eu falei. Portanto, estou fora! Eu estou fora! Quero manter minha integridade como servidor, como vereador há 30 anos, e dizer que, se trabalhei pouco, trabalhei mais de 15 anos no serviço público, porque os outros 30 anos, o povo de Porto Alegre de elegeu, pediu, quis que eu saísse do setor público para vir para a Câmara Municipal de Porto Alegre. Respeito todos; agora, gostaria de respeito. E o voto é de cada um de nós. Nós temos a responsabilidade do nosso voto. Nós sabemos bem como e por que votamos. Portanto, meu abraço a todos, dizer da minha mágoa, da minha decepção com tanto ódio. Acredito que não se chega a lugar nenhum com esse ódio tamanho, tentando prejudicar, porque a mim não prejudica. Um abraço a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, boa tarde a todos os colegas. Primeiro, quero deixar bem claro aqui que eu abomino completamente qualquer tipo de ameaça direta, ainda mais a uma criança, como a gente tem visto em algumas redes sociais. Acredito que nenhum vereador, Comandante Nádia, baterá palma para uma ameaça a uma criança ou um familiar nosso, de qualquer agente político, de qualquer um de nós aqui da Casa ou de qualquer outra função que ocupe dentro da administração pública. Eu mesmo já fui ameaçado, já fui escorraçado em rede social, sei o peso que isso tem, o quanto isso machuca a nós e a nossos familiares. Agora, como falou aqui o Ver. Oliboni, que muitas pessoas se escondem atrás das telas, o vereador também aqui fala com sua fala mansa, ligando esse caso diretamente ao vice-prefeito Ricardo Gomes. E o que o senhor fez, Ver. Oliboni – estou lhe olhando aqui também na tela – é de uma irresponsabilidade criminosa, inclusive. Lincar o caso em tela aqui, trazido por alguns colegas, de uma terrível ameaça de estupro, feita à filha da ex-deputada Manuela d'Ávila, a uma manifestação, uma suposta manifestação do vice-prefeito Ricardo Gomes ou de sua esposa. Então, Ver. Oliboni, tem que ser mais coeso, tem que ser mais homem em

assumir sua responsabilidade. O senhor está, na verdade, fazendo eco, constringendo, criando uma outra narrativa criminosa a respeito do vice-prefeito Ricardo Gomes e de sua esposa. Então, o senhor – é muito fácil aqui, esconde-se atrás da tela, tem seu direito obviamente de participar da sessão remotamente, mas parece que a coragem acaba subindo à sua cabeça, com sensação de impunidade, fazendo essa ligação, completamente criminosa, a respeito do vice-prefeito Ricardo Gomes e de sua esposa. Então, eu peço que o senhor, vereador, possa, ao menos aqui, se refazer, repor a verdade, até mesmo porque hoje foi um dia que o vice-prefeito Ricardo Gomes esteve no DEIC, na Delegacia Especializada em Crimes Cibernéticos, também levando a eles os dados, as informações pertinentes a esse caso, porque o vice-prefeito e sua esposa também sofrem uma campanha difamatória em muitas redes sociais, fazendo alusão a este caso e linkando, ou, pelo menos, deixando no limbo, deixando dúvidas a respeito de uma suposta ligação entre a divulgação de uma foto e as ameaças aí sofridas infelizmente. E repito aqui, tem todo o meu repúdio, pela filha da ex-deputada Manuela d'Ávila.

Então, Ver. Oliboni, sejamos racionais, sejamos verdadeiros, atuemos dentro da liberdade parlamentar, mas com base nos princípios e na verdade. Peço que o senhor possa revisar a sua fala e fazer esse desagravo também ao vice-prefeito Ricardo Gomes e a sua esposa, que têm sofrido muito, nos últimos dias, devido a essa injusta ligação que está sendo feita com eles, nesse caso, inclusive, repito, levando à polícia, levando aos órgãos de segurança para que se possa fazer uma investigação a fundo de onde está vindo também essa campanha difamatória. Campanha difamatória e as agressões de todos os lados aqui são abomináveis, e o senhor não tem o direito de, em cima de um ato criminoso, acabar aqui cometendo um outro ato criminoso por fazer essa ilação. Então, fica aqui o meu pedido: que o senhor possa se manifestar também e agradecer.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Queria, em primeiro lugar, dizer que fico satisfeito com a fala do Ver. Ramiro, na medida em que demonstra também uma repugnância com relação à política do ódio. Ninguém aqui falou que foi o nosso vice-prefeito que fez o compartilhamento. A informação que nós temos pela matéria posta pela própria ex-deputada e ex-vereadora, Manuela d'Ávila, coloca que teria sido um familiar compartilhando algo e foi postado nas redes de ódio pelos pais de uma coleguinha da Laura, de 5 anos, filha da Manuela d'Ávila. Portanto, a política do ódio também está no compartilhamento dessas ações irresponsáveis e inconsequentes, nada contra a pessoa do nobre amigo e ex-colega...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, o senhor está pedindo uma tréplica, ou é uma questão de ordem?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Não, apenas me refiro a isso porque o Ramiro fez outra interpretação e não era essa, portanto, estou esclarecendo. Um forte abraço.

Vereador Claudio Janta (SD): Ver. Oliboni, eu o respeito muito, e também a todos aqui, agora, vamos parar de demagogia! O Ver. Oliboni é um que coloca um monte de *cards*, falando que o vereador é isso, que o vereador é aquilo. Então, vamos parar com demagogia! As incitações começam com o ódio aqui dentro, é *card* de um lado, *card* do outro, me botem nos dois grupos de *card*, agora, vamos parar com esse negócio aí, essa coisa é demagógica. “Ah, botaram o *card*”, ninguém vai usar filho de ninguém, em lugar nenhum...” Agora, é um absurdo o senhor, que ínsita com os *card*, vir falar de *card*.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, vereadoras, vereadores. Hoje nós tivemos homenagens importantes aqui, de iniciativa do Ver. Leonel Radde, sobre a Delegacia de Homicídios, está à frente a delegada Vanessa; e também a Tribuna Popular, é importante lembrar os museus, dar visibilidade, e a importância da preservação da história. Sem história, nós não temos futuro, como se diz. Mas as redes sociais estão muito violentas de ambas as partes, de um lado, de outro. Então, eu acho que temos que buscar um pouco mais de amor, um pouco mais de sororidade, um pouco mais de solidariedade também, e discutir, como se diz, no campo das ideias, e não atacar pessoalmente a quem quer que seja, que nós também repudiamos.

Eu queria falar de um assunto mais leve, um vídeo mais leve, que traz as pessoas e o amor aos animais de fatos, não é montagem, é concreto, tem história cada um desses fatos aqui apresentados tem história. E quero dizer que a Prefeitura abriu novamente as inscrições para o que a gente sempre buscou, que é mais esterilização para evitar superpopulação, evitar tantos abandonos e tantos custos aos cofres públicos. Então, para quem tem interesse, na quinta-feira, dia 10, das 8h30min às 17h, pelo telefone 156, terá as inscrições para as pessoas que moram em Porto Alegre, inscritas no CadÚnico, ou com o número de identificação social do NIS, ou também a comprovação da renda familiar, agora são até três salários mínimos, muito foi reivindicada, e agora são até três salários mínimos e comprovante de residência. Cada um pode se inscrever com três fêmeas e dois machos de cães e gatos. E as inscrições também, depois, o tutor receberá um contato da Prefeitura dessa empresa que foi contratualizada para gerir a unidade de saúde animal da Lomba do Pinheiro. No pós-operatório, a pessoa tem que ficar lá, sim, quando se leva um familiar no hospital, não tem que ficar o dia inteiro? Como vou levar um animal que tem vida, que é o mascote e deixar lá, na hora que precisa de alguma orientação, o veterinário, não vai encontrar o responsável? Então, é isso. E no dia em que a Prefeitura marcar a agenda, também tem que levar cartão Bolsa

Família, o NIS, o atestado do PIB comprovando até três salários mínimos. A gente fica satisfeita, mas nós temos metas. Nós paramos muito no governo anterior. Também tivemos algo muito impactante, inesquecível para nós, que foi o extermínio de 26 animais com leishmaniose, porque havia uma disputa na Justiça e o ex-secretário Enzo ganhou a liminar e mandou fazer eutanásia em todos esses animais. Então, para nós, isso foi inesquecível como forma que nos agride muito o extermínio indiscriminado de animais que podem ainda ser tratados. Mas nós estamos retomando, conquistamos a proposta de campanha, que era o órgão para recomeçar, não fomos contemplados com uma secretaria, por uma questão de plano de governo, mas nós temos um órgão que está auxiliando nesta gestão. Então, não quer dizer que, com isso, está tudo resolvido, nós temos que descentralizar a região sul, a norte, o Centro Histórico, até a região leste, de ter, pelo menos, um atendimento licitado para casos de pessoas que não podem se deslocar até a Lomba do Pinheiro, para auxiliar no aumento do número de castrações, a nossa meta são 30 mil castrações, aí nós podemos dizer que estamos fazendo controle populacional, porque o paliativo não nos interessa mais. Campanhas de adoção, tem 30 felinos lá para serem adotados, 90 cães, quanto mais se adotar, mais pode se remanejar, e mais pode também se resgatar. O cadastramento de todos os albergues e o número de animais para nós sabermos o que existe, numa emergência, falece o tutor, quem vai atender? O Município. E como você vai atender 100 animais, por exemplo? Os custos, hoje, são mensalidades altas para ter animal em albergue. Tutores com animais chamados de Síndrome de Horner, o estudo precisa ser cadastrado; campanha contra maus-tratos. E o que fazer com os animais? Nós ganhamos as delegacias amigas dos animais, o delegado vai lá, prende e retira o animal, e leva para aonde? Tem que preparar o Município para aumentar essas vagas e uma rede maior para levar esses animais. A Brigada Militar vai lá e retira os animais. Nós fizemos uma ação na semana retrasada, mas nós reencaminhamos os animais que foram retirados por maus-tratos de uma casa que estava para vender por R\$ 2,8 milhões, animais caquéticos. Então, nós temos que atingir as metas, elogiamos, mas ainda queremos mais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Lourdes, muito bonito o vídeo dos bichinhos. Compartilha o vídeo conosco, vereadora, por gentileza. Parabéns, Ver.^a Mônica Leal, pela convenção do PP nesse final de semana.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu não podia deixar de utilizar a tribuna, depois de todas as falas que escutei aqui. Cada vez mais me surpreendo com o comportamento das pessoas que se utilizam das redes sociais para emitir comentários inverídicos e agressivos, independente de quem seja, de siglas partidárias, eu fico pasma! Não aceito! É de uma irresponsabilidade sem tamanho se valer dos meios virtuais para proferir ofensas, ameaças, difamar a imagem de outras pessoas. Como

jornalista, quero dizer que hoje o exercício da liberdade de expressão, um importante direito que a democracia conquistou, está completamente banalizado. Esse direito não exige as pessoas de suas responsabilidades para com seus interlocutores, é necessário prudência, respeito e coerência no trato social, porém, infelizmente... Vou dar uma paradinha, vejam esta imagem (Exibe documento.). Eu ia falar no final, isso eu sofri na minha campanha eleitoral do MBL de Porto Alegre, essa mensagem vergonhosa contra o vice-Presidente da República e contra esta vereadora: “É isso que você quer, um torturador apoiando a vereadora? Não reeleja”. Foi o MBL. Eu entrei com um processo e ganhei a ação. Recomendo a todos que se sentirem agredidos, perseguidos, ofendidos que façam o mesmo. Vão no tabelionato, faça uma nota, uma ata notarial, façam um *print da* matéria, contratem um advogado, deem queixa criminal; saiu o resultado. Tenho mais duas ações contra um vereador desta Casa que me perseguiu, me ofendeu, me incomodou. Eu acho uma coisa incrível quando as pessoas sobem aqui: “Não, eu não concordo, eu não aceito, eu não admito”. Mas, na prática, a coisa é outra. Eu fui perseguida, fui agredida e fui ofendida. Então, meus senhores e minhas senhoras, o primeiro, nesta Casa, que quiser o meu apoio para ofensa, eu assino. Para mim, pouco importa o partido, se é mulher, se é homem, se é criança, eu senti na pele. Minha filha, que é procuradora federal, me disse um dia: “Se eu pudesse te fazer um pedido, o maior do mundo, tu me atenderias, mãe?” Ela tem duas filhas, casada com um médico, passou num concurso de 385 mil pessoas no Brasil, procuradora federal, e me disse: “Larga a política, tenho nojo da política, as pessoas te agridem, não te conhecem”. Meu marido é advogado, judeu, russo, não é político, já me fez esse pedido. Por vezes, ultimamente, tenho pensado se eles não têm razão, porque envolve, sim, as nossas famílias. Ninguém gosta de ver uma irmã, uma filha, uma mãe atacada. Tenho tantas provas, senhores e senhoras, tantas, porque tenho a sorte de ter uma família de grandes advogados. Por último, tenho uma irmã que se formou nessa especialidade. Agora, é crime, está aqui, a Lei nº 14.132/21, sancionada em abril, agora é crime penal. Vão responder na cadeia, e eu estou com duas ações tramitando na Delegacia da Mulher, com fartas provas. Então, quero dizer, seja Manuela, seja Laura, seja Lourdes, seja Nádia, seja Cláudia, todas as que forem agredidas, ou mesmo os vereadores, contarão com o meu apoio porque, quando fui Presidente desta Casa, fui ameaçada, colocaram câmeras na frente da minha porta porque achavam que era autora do *impeachment* do Marchezan - nem advogada sou, para vocês terem uma ideia -, me infernizaram a vida durante todo o ano, tentaram até pedir meu *impeachment* aqui, vocês lembram disso.

Senhoras e senhores, tenho 20 anos de política, não cheguei aqui de paraquedas, sei aquele que sobe aqui e diz uma coisa e faz outra, sei quem diz que vai votar e se retira, sei quem aperta a presença e cai fora. Fui assessora do Pedro Américo Leal por 12 anos, conheço as panelas, conheço tudo nesta Casa porque eu fui assessora, e quem um dia foi assessora jamais será uma política porque conhece os bastidores. Então, Manuela D’Ávila, conte com o meu apoio porque eu não aceito ameaça e agressões.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Boa tarde colegas vereadores, público que nos acompanha. Venho aqui trazer um relato, na verdade, de bastante decepção e indignação. Nós já sofremos, aqui na Câmara, em 2017, o Ver. Janta falava nesta tribuna, quando a gente teve uma invasão do plenário, o Ver. Janta foi agredido, empurrado, tinha Presidente que foi empurrado, teve vários vereadores que foram agredidos. Hoje para entrar nesta Câmara, líder Cecchim, me impediram a entrada, lideranças do Simpa e mais alguns servidores estavam ali, começaram a me ofender, me ameaçar na janela, inclusive dizendo que eu estava recebendo favores financeiros do prefeito Melo para apoiar a reforma da Previdência. Mal sabem eles que o NOVO, na verdade, defende desde sempre, inclusive o projeto de alíquotas. Não preciso de cargos, nem de R\$ 1,00 para defender isso, defendo com convicção e nunca aceitaria nem aceito nada de contrapartida, talvez não passe pela cabeça dessas pessoas que exista convicção ideológica, só passa na cabeça delas troca de favor. Tentaram impedir a minha entrada, eu estava conversando com três moças na ocasião, começou a juntar um grupo ainda maior, começaram a me ofender, me xingar, não deixaram eu passar, desci do carro, pedi apoio da Brigada Militar que estava ao lado para poder efetivar a minha entrada; a Deputada Sofia, acompanhando o processo, o líder do Simpa Ezequiel, acompanhando o processo, dizendo que eu devia ter paciência, que tinha que dialogar, não me deixando passar. Ora, vejam! Falei que tenho divergência na pauta, não ofendi, não provoquei ninguém, mas fui impedido de exercer aquilo que os eleitores de Porto Alegre me imputaram como responsabilidade, que é entrar aqui e trabalhar. Sei que alguns não querem trabalhar, mas nós estamos aqui pagos pelo cidadão de Porto Alegre que paga a conta desses para estarem fazendo aqui manifestação política, ideológica, corporativista. Isso é um absurdo. Agradeço à Brigada Militar que deu suporte para a minha entrada. Um senhor –inclusive, sem máscara, ora, vejam a ironia, senhoras e senhores, e que registrei em vídeo inclusive – sem máscara veio querer me agredir porque entendeu que eu havia o chamado de uma ofensa. Mas nem sequer dirigi a palavra a ele, muito menos a qualquer pessoa, falei daquele ato antidemocrático, autoritário que impede o parlamentar de exercer o seu papel, que é discutir e votar projetos de interesse da cidade.

É a democracia cubana, é o diálogo venezuelano. É lamentável que diante de pandemia as aglomerações do bem passem despercebidas, e que os atos de autoritarismo, quando acusam os outros de autoritários, fascistas e tudo o mais, passem também como se fosse normal, a relativização completa do absurdo. Se eu não posso divergir, se tenho que ser ameaçado, ofendido por não concordar, então, o que é o Parlamento? Não podemos agora discutir democraticamente uma pauta, e não se pode admitir derrota quando se tem uma maioria em torno de um assunto que a cidade exige que nos posicionemos? Falei aqui e repito, na última manifestação minha, expulsem os quadros partidários dos partidos aos quais o Simpa é filiado que fizeram reformas, são hipócritas, hipócritas, violentos, autoritários. Em países desenvolvidos, seriam presos

por estar fazendo o que estão fazendo. Um absurdo isso! Eu sei que isso que aconteceu comigo já aconteceu com outros colegas, eu sei que a tentativa de diálogo e de democracia que dizem aqui é da boca para fora, porque na próxima oportunidade, sei que estão loucos para estarem aqui nas galerias para estar fazendo a mesma coisa aqui dentro, como já fizeram no passado, invadindo o plenário, ofendendo vereador, ameaçando. É esse o diálogo que nós, representantes de Porto Alegre, escolhemos não mais fazer porque só há diálogo de um lado, do lado de quem constrói as emendas, as subemendas, senta para conversar, expõe os pontos de vista, que é boa parte deste plenário. Do outro lado, não há diálogo, do outro lado há violência e imposição de uma verdade única; tentativa de censura, de ameaça, constrangimento e isso não é democracia, pelo menos não ainda aqui no Brasil, é democracia para regimes árabes, é democracia para alguns regimes totalitários da América Latina, uma democracia da *novae linguae* ordeliana dessa gente. Mas quero deixar registrado aqui, Presidente, esse absurdo que nós estamos vendo, o Parlamento sendo calado ou tentando calar o Parlamento, mas eles não serão bem-sucedidos nessa intimidação. Nós, vereadores, nos imporemos não por nós, não por nossos mandatos, Ver. Cecchim, mas porque nós representamos uma parcela da população que não aguenta mais pagar conta e não aceita ser desrespeitada dessa forma.

Então quero deixar registrado aqui, mais uma vez, que nós possamos cumprir as regras desta Casa, que nós possamos cumprir as regras da democracia que decide as coisas com diálogo, no voto, na divergência saudável e não na violência, no constrangimento e na ameaça. É um absurdo isso, que bom que boa parte da ditadura latino-americana ficou para trás, que ela não volte, pelos menos não tenham bons exemplos aqui em Porto Alegre, alimentada por alguns partidos da oposição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Uma questão de ordem, um pedido especial ao Cecchim. Fiz minha fala em liderança há pouco, e a questão de ordem também cabe para esclarecer. Recebi agora o telefonema do nosso vice-prefeito Ricardo Gomes que, por sua vez, me esclareceu o que estava acontecendo, como também a ex-vereadora e deputada Manuela d'Ávila. Por isso eu retiro qualquer acusação contra o Ricardo Gomes em relação a essa questão da foto divulgada nas redes... (Problemas na conexão)... subentendeu que foi qualquer acusação contra ele ou contra a esposa dele, me parece que o compartilhamento foi sobre um outro assunto, da presença das crianças na escola nesse momento de pandemia.

Portanto, a nossa solidariedade a ambos, e tenho certeza de que a moção contra ódio, como eu sugeria, será aprovada nesta Casa, por unanimidade. Muito obrigado pela oportunidade.

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Oliboni, pela grandeza de reconhecer. Eu queria dizer ao Ver. Camozzato que não dá para admitir que um vereador desta Casa seja impedido de entrar na sua Casa, e em relação a isso nós temos que tomar providências, seja a quem for, mesma que seja a deputada estadual. Ninguém tem o direito de impedir a entrada de nenhum vereador, seja de qual partido for. Obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Quero aproveitar, Presidente Cecchim, que está presidindo esta sessão neste momento, acho que agora a gente vai para as Comunicações, e eu queria pedir para esta Casa fazer um minuto de silêncio. Na última semana nos deixou uma cantora famosa desse solo gaúcho, Berenice Azambuja, uma gaiteira, deixou um legado enorme. Jovem, 69 anos de idade, acometida por um câncer no pâncreas e também complicações decorrentes da Covid que ela conseguiu vencer, mas não conseguiu vencer o câncer e acabou falecendo por um infarto. Ela era natural de Porto Alegre, uma artista nossa que nós perdemos, e o Rio Grande do Sul está em luto. Muitos me conhecem e sabem que eu toco acordeom, sou apaixonado por esse instrumento, e acho que todas as formas de manifestação cultural musicais no nosso Rio Grande do Sul devem ser valorizadas. Então queria pedir um minuto de silêncio em homenagem à Berenice Azambuja, porto-alegrense e gaúcha.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Da mesma forma, quero reforçar aqui um minuto de silêncio pelo falecimento do policial penal, em Caxias do Sul, Clóvis Antônio Roman, bem como pelo nosso colega que está gravemente ferido no hospital de Caxias.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento): Presidente Cecchim, peço um minuto de silêncio ao Dr. Pedro Gus, que foi nosso secretário da Saúde e nos ajudou muito na Vigilância Sanitária, dando outro enfoque para os animais.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, queria incluir nesse um minuto de silêncio a homenagem ao Julio, que foi representante da Carris, sindicalista, e pai da Mari que trabalha conosco, junto a bancada do PP, e essa noite teve um infarto e foi a óbito.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. José Freitas está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, Presidente Cecchim, colegas vereadores e público que nos assiste, trago aqui uma matéria que infelizmente tem sido bastante latente nesses últimos dias de pandemia, que é o crescimento dos casos de violência doméstica contra crianças. Quero até cumprimentar a Ver.^a Fernanda Barth que lançou a Frente Parlamentar de Combate à Violência Contra a Criança e o Adolescente, com a presença da Ministra Damares. Trago aqui alguns dados e os números são alarmantes. Com a pandemia, as famílias passaram a ficar mais tempo em casa e os casos de violência infantil cresceram. Em 2020, no País, o Disque 100, serviço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, registrou 95.247 denúncias contra 86.800 em 2019, quando não havia pandemia. Os números representam uma média de 260 queixas ao dia, não só por tortura, agressão física e psicológica, mas também por negligência, a maioria, e, por hora, a média é de quase 11 denúncias. Via de regra os relatos de agressões são feitos nas escolas para os professores, no entanto, com o fechamento temporário das escolas, os cuidados precisam ser redobrados pelos responsáveis e por outras pessoas que mantiverem contato com a criança.

No Rio Grande do Sul, quase 70% dos atendimentos realizados pelo Centro de Referência no Atendimento Infanto-Juvenil, o CRAI, mantido pela Secretaria Municipal de Saúde, e com sede no Hospital Presidente Vargas, indicam que os casos de abuso sexual são feitos por parentes da criança ou alguém próximo dela. Em dez anos, mais de 103 mil crianças e adolescentes morreram vítimas de agressões. Olhem só! Em dez anos, mais de 103 mil crianças morreram vítimas de agressões!

A Ministra trouxe uma boa notícia no lançamento dessa Frente Parlamentar, que o governo federal se prepara para lançar o aplicativo de denúncias Sabe. O objetivo é que a própria criança possa fazer o registro de denúncias de violência, através do aplicativo. Aqui eu trago uma matéria: “Distanciamento social potencializa risco de aumento de casos de violência contra crianças e adolescentes.” E a maior parte dos crimes de abuso infantil, no Brasil, acontecem, infelizmente, dentro de casa. A maior parte dos casos de violência contra a criança e o adolescente, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acontece dentro de casa, e é fora dela que, muitas vezes, a vítima expressa sinais que permitem identificar o abuso. Esse cenário alerta os envolvidos na proteção da infância para potencialização do risco de aumento desse tipo de crime, durante o distanciamento social implementado para tentar conter a propagação do coronavírus.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, do Ministério Público, a promotora Denise Casanova Villela, manifesta preocupação com o fato de que as crianças estarão afastadas dos lugares de proteção, como as unidades de ensino, e com acesso limitado à rede de saúde, assistencial e social. Inclusive nos preocupa muito e ontem eu vi um vídeo – que mandaram pelo WhatsApp – de um adulto incentivando as crianças a fumarem maconha, várias crianças, eu não sei em que estado era aquele, vi que não era no Rio Grande do Sul, mas é isso o que acontece, as crianças estão soltas na rua, na verdade.

A médica perita, Angelita Maria Ferreira Machado Rios, diz que quase 70% dos atendimentos realizados pelo Centro de Referência no Atendimento Infanto-Juvenil, mantido pelo Instituto-Geral de Perícias e pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, envolvem violência intrafamiliar, ou seja, o suspeito do abuso é parente da criança ou alguém próximo dela. A coordenadora de perícias do CRAI, Angelita Rios, acredita que no fim do período de distanciamento mais casos passarão a ser realizados.

E aqui têm alguns números que chocam, dados do último balanço anual completo divulgado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 80% acontece dentro de casa. Foram 2.772 casos na residência da vítima ou do suspeito, de um total de 3.431 registros. Dos 6.341 tipos de violações descobertas, foram 1.306 casos de violência física; 1.551, de violência psicológica; e 764, violência sexual. Também foram 2.230 registros de negligência, além de outros crimes.

Toda essa violência mostra o quanto nós temos de lutar por políticas públicas na área da infância e juventude e equipar os conselhos tutelares e todos os demais órgãos que atendem as crianças e adolescentes; equipamentos estaduais, municipais e até mesmo em nível federal.

Eu fui por sete anos conselheiro tutelar nesta capital, e infelizmente a situação se agrava cada dia mais, principalmente com a pandemia, por isso nós temos de lutar para que as nossas crianças estejam em sala de aula, Ver.^a Fernanda Barth.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu já queria deixar feito o convite para todos os colegas. Daqui a duas semanas, nós vamos ter uma nova reunião da Frente Parlamentar e essa reunião vai ser sobre o fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente. E, entre vários desses temas, nós vamos tratar da necessidade de termos um centro de referência para vítimas em Porto Alegre, que hoje nós não temos. Então, nós vamos ter a participação dos conselhos tutelares, do Ministério Público, da Promotoria da Criança e da Juventude, e todos os vereadores já estão convidados a fazer parte dessa nossa reunião. Em breve, eu repassarei o convite para todos. Obrigada.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Legal, parabéns. Então, muito obrigado, colegas vereadores, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Kaká D'Ávila está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR KAKÁ D'ÁVILA (PSDB): Primeiramente, ainda em tempo, parabéns ao nosso colega Leonel Radde pela homenagem justa, digna e que haja mais homenagens como essa.

Sobre o caso da Manoela, lamentável – eu diria monstruoso – e que os culpados sejam punidos com rigor. Eu tenho uma filha com nove anos e me coloco no lugar dela e sei o quanto é difícil, o quanto é complicado.

Quanto à fala da nossa colega Ver.^a Mônica Leal, eu me coloco no lugar dela, não sou do MBL, mas sei o quanto é complicado, é difícil, só que eu gostaria de, da mesma forma com que ela pediu respeito, pedir respeito aos demais colegas, inclusive à senhora, quando eu fui contra o cafezinho aqui da Câmara, em que se paga mais de R\$ 20 mil de aluguel, eu apenas expus a minha ideia nas redes sociais e fui minado, bombardeado como demagogo, como se fosse algo errado ter uma opinião própria, uma opinião minha. Eu acho errado, eu acho que vereador tem de trazer o cafezinho de casa, e não. Isso foi colocado no grupo, eu não vou citar nomes aqui, até porque as pessoas sabem as pessoas que falaram, eu só quero um pouquinho mais de respeito. Assim como eu respeito todos e não exponho nomes, eu gostaria de pedir respeito, em respeito aos demais.

Gostaria de aproveitar este tempo aqui para falar de um projeto meu. Um projeto que acho bacana e é para Porto Alegre. Já que falam tanto em geração de emprego, já que se fala tanto em renda extra, eu criei o Poa Renda Extra. O que seria o Poa Renda Extra? É um projeto para que pessoas que estão nessa quarentena sem ter o que comer, aquelas pessoas que estão lá fora e votaram em nós e não sabem o que vão colocar na mesa hoje, que não sabem o que vão dar para os seus filhos hoje na hora do jantar, essas pessoas teriam um pouco mais de dignidade. É um projeto para que elas recebam R\$ 200,00 por seis horas de trabalho, mais uma cesta básica por mês. Seriam criadas frentes de trabalho para que essas pessoas possam trabalhar em trabalhos operacionais, revitalização de praças, paradas de ônibus, parques, enfim, frentes de trabalho em que, a cada seis horas, aquela pessoa ganha os seus R\$ 200,00 e a sua cesta básica todos os meses. Mas de onde vai se tirar dinheiro? Esse dinheiro viria do valor que a Câmara devolve todos os anos para a Prefeitura de Porto Alegre, ou seja, tem dinheiro, tem ideia, falta um pouquinho, talvez, de mais interesse, de participação. Alguns já me falaram que esse projeto é inconstitucional, e eu pergunto: a fome é constitucional? O desemprego é constitucional? Eu acho que nós somos feitos para legislar para todos independentemente dessas ideologias, dos partidos, eu canso de dizer que não sou de direita nem de esquerda e muito menos dos extremos, eu não tenho coleira, não tenho rótulos; eu sigo aquelas pessoas que votaram em mim e é para elas que eu tenho de fazer o meu trabalho.

Eu acho esse projeto muito bacana, muito válido. Já conversei com muitas pessoas em várias comunidades que pediam encarecidamente: “Kaká, convença os vereadores para que eles aprovem esse projeto, porque R\$ 200, 00 e uma cestinha básica por mês para nós agora – trabalhando seis horas, revitalizando uma praça, revitalizando uma parada de ônibus – iria salvar a nossa vida”. Pediram-me chorando e eu estou aqui hoje representando essas pessoas, sejam elas negras, brancas, as pessoas que mais necessitam nas comunidades, as menos assistidas mesmo.

Então, eu queria fazer este apelo a todos os vereadores para que tratem com carinho, não estou dizendo que ele seja votado, mas que pelo menos seja estudado, para

que seja debatido. Eu acho importante, neste momento em que se fala tanto em reformas, que a gente pense também numa reforma da Câmara de Vereadores, porque ainda têm muitos pensamentos ultrapassados aqui de uma política, velha, chata, ultrapassada. Desculpem o meu jeito de falar, eu sou assim mesmo, porque eu venho da iniciativa privada, tudo o que eu consegui foi na base do suor, do suor, ralando, na unha. Cafezinho? Faz um racha, divide entre os colegas e traz de casa. Eu venho dessa realidade, e não estou dizendo velha e ultrapassada em idade, estou dizendo velha e ultrapassada de cérebro, de espírito. Então, a gente precisa de mais união. Esse projeto pode até ser inconstitucional, mas vamos fazer o possível para que ele se torne constitucional. As pessoas lá fora não têm o que comer, as pessoas lá fora passam fome, estão desempregadas, estão desesperadas. Então, vamos pensar nessas pessoas, vamos pensar em projetos desse tipo.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero elogiar a sua iniciativa. Eu tenho sido um crítico duro do governo Sebastião Melo, porque justamente não faz isso que V. Exa. está propondo. Poderia ser de iniciativa dele, não teria qualquer tipo de inconstitucionalidade, mas o que V. Exa. está propondo é estender a mão a quem mais precisa neste momento, a dar o alimento, porque nós sabemos o sofrimento de um pai, de uma mãe – eu conheço a periferia, assim como V. Exa. – e não é pela fome dele, não, mas por que a dor é não ter o que dar de comer para os filhos. É muito duro, vereador, V. Exa. tem razão. Na mesma medida em que critico o prefeito Melo, que não manda para a Casa nenhum projeto de combate à pandemia, nenhum em cinco meses, para que déssemos cestas básicas, para que déssemos auxílio emergencial, para que o Município desse álcool gel, V. Exa. toma a iniciativa de levantar um debate sério, o seu projeto levanta uma questão séria da nossa responsabilidade, vereador. Kaká D’Ávila: a responsabilidade de ser vereador no tempo em que as pessoas passam fome ao nosso lado. Temos um mandato popular num tempo em que as pessoas morrem de doença ou morrem de fome. Eu elogio V. Exa. pela iniciativa, pela coragem, pela criatividade. Parabéns Vereador.

VEREADOR KAKÁ D’ÁVILA (PSDB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas, esse projeto já foi protocolado, cabe agora só um pouquinho de mais interesse dos vereadores. Eu vou deixar o PL aqui, para que as pessoas possam apreciar, melhorar, mudar o projeto se for necessário, porque é muito fácil a gente legislar, dizendo sim ou não, votando apenas sim ou não ou dizendo se é constitucional ou se não é. Acho que, nesse momento, não precisamos muito de gestores técnicos, precisamos de mais líderes, mais sensibilidade, pensando naqueles que nos colocaram aqui.

Isso aqui é provisório, é temporário, nada disso é nosso, mas a gente pode deixar um grande exemplo para aquelas pessoas que estão lá fora e que votaram na gente. Queria fazer esse apelo: por favor, deem uma olhada nesse projeto que vai ajudar muitas famílias; provavelmente ficaria para o ano que vem, porque esse dinheiro parte da verba que a Câmara de Vereadores devolve para a Prefeitura de Porto Alegre, por isso ficaria para o ano que vem. Ainda assim, acredito que, no ano que vem, a situação

talvez esteja pior, e isso é fruto de uma série de situações, até de uma presidência, diria, irresponsável, que não pensa nas minorias, enfim de uma série de fatores.

Tenho certeza de que o prefeito Melo vai tratar com carinho, vai olhar, vai avaliar, vai apreciar, e eu conto com a ajuda de todos, com a parceria de todos, e contém comigo também. Respeito acima de tudo, coleguismo, parcerias; esqueçam rótulos, isso não vale de nada. Lá fora, as pessoas que estão passando fome não estão nem aí para ideologia de vocês, se são de esquerda, se são de direita, elas querem é trabalho. Fica a dia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0339/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/21, que institui o Programa Municipal de Microcrédito, altera a Lei nº 12.744, de 6 de novembro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, altera a Lei nº 12.297, de 4 de setembro de 2017 que institui o Plano Plurianual 2018-2021. **(SEI 118.00112/2021-77)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Idenir Cecchim. Vereadoras, vereadores, eu tenho me dedicado, com assessores e com companheiros do PSOL, a estudar esse projeto há vários dias. Este projeto tem vários aspectos positivos, e até agora, faço questão de dizer, eu só vi pontos positivos, e nossos estudos já têm oito dias. Inclusive, ressalto um aspecto, o qual é uma crítica que faço, vereadores e vereadores, num outro projeto do Executivo que é o Recupera Porto Alegre, que não dá limite para o benefício da isenção de multas e juros. O limite tem de ser dado pela capacidade financeira contributiva de cada pessoa, de cada empresa, e este projeto, em discussão, estabelece um limite. O projeto fala na Lei Federal 123/06, que é a lei que define o que é microempresa, no seu parágrafo primeiro. É uma lei federal que

estabelece o limite exato para alguém ser um microempresário, o limite de rendimento mensal e anual. São essas pessoas que deveriam ser privilegiadas e beneficiadas lá no Recupera POA, que é um projeto com o qual eu tenho sérias restrições, pois acaba beneficiando também grandes e gigantes.

O projeto do microcrédito – que está na Pauta Especial de hoje – até onde vi - vamos concluir na quinta-feira o estudo – digo com franqueza aos vereadores, às vereadoras, é um projeto com inúmeros pontos positivos; e eu não vi nenhum negativo até agora. Faço questão de dizer, por um dever de honestidade intelectual, por meu histórico de mandato nesta Casa e de mandatos no Estado, que é um projeto que, de fato, pode representar algo muito bom, inovador em Porto Alegre. Repito, um dos pontos que mais me chamou a atenção, e aqui concluo, foi exatamente o limite, correto, adequado, porque não se pode imaginar, em nenhum momento, em dar benefícios aos grandes e aos gigantes, seja de que espécie for, como isentar de multas, de juros. Por que o gigante precisa disso? Eu dei exemplos, porque um banco precisaria de um benefício de qualquer natureza? Eles já tiveram tantos benefícios, tiveram até isenção tributária em Porto Alegre, no passado. Então, fica aqui esse registro, essa discussão de Pauta Especial, de que este projeto de microcrédito é um projeto com inúmeros pontos que merecem elogios da nossa parte. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0388/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 160/20, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que estabelece diretrizes para segurança e tranquilidade a serem observadas por moradores, consumidores, organizadores de eventos e proprietários de bares, restaurantes e similares, no Bairro Moinhos de Vento. **Com Emenda nº 01, do Ver. Ramiro Rosário. (SEI 197.00042/2020-05)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É um projeto importante do Ver. Ramiro Rosário, e, sem entrar no mérito integral do estudo que se fez, o vereador estabelece várias medidas que já existem na Cidade Baixa. Eu não questiono essas medidas neste projeto, nós podemos é discuti-las num sentido mais amplo talvez, é possível. Mas quero chamar a atenção de um detalhe para o Ver. Ramiro Rosário que,

talvez, se for do seu interesse, possa corrigi-lo, o que me parece adequado nesse momento. Ele estabelece, por exemplo, horários de funcionamento. Ora, da maneira como está o projeto, se nós o votarmos neste momento, e em breve será votado, como justificar a restrição que temos de horário de funcionamento, se ele coloca termos de funcionamento que ignoram a pandemia. Então, tinha de haver, ao menos – parece-me que aí sim teríamos uma condição boa de discussão e talvez até aprovação – um dispositivo que diga que aqueles horários previstos são para posterior à pandemia, jamais durante. O projeto, em si, se comparado, se relacionado às medidas de combate à pandemia, particularmente com as do governo do Estado e até mesmo com as do Município, fica contraditório. Se retirar essa relação ou se estabelecer um período, ele fica um projeto de outra natureza e que pode ser discutido, tanto quanto foi o da Cidade Baixa, com argumentos a favor ou contra, mas que não tinham relação com a pandemia, ou seja, que aquele funcionamento estendido – comparando com a pandemia – não seja uma afronta às medidas de isolamento e de combate à propagação da Covid-19. Queria fazer esse registro, até como sugestão, se me permite, para uma análise do Ver. Ramiro Rosário, autor deste projeto em relação ao bairro Moinhos de Vento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito que o diretor legislativo proceda a chamada nominal para ingresso na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 17h06min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Defiro seu pedido. Solicito que o diretor legislativo proceda à verificação de quórum solicitada pelo Ver. Claudio Janta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu gostaria de fazer dois registros. O primeiro é em relação ao Ver. Claudio Janta, quem pede a verificação de quórum, por

tradição nesta Casa, dá presença. Segundo, estou vendo várias presenças pelo *chat* que têm que ser computadas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Treze Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

Vereador Leonel Radde (PT): Só quero trazer uma informação para a população de Porto Alegre: é a terceira sessão que a base governista retira o quórum porque não tem os votos necessários para aprovação da Previdência. E nós ficamos aqui com dinheiro público, não podendo votar outros projetos, não podendo avançar nas pautas porque o governo retira a sua base aliada. Que fique o recado, que a população saiba que poderíamos estar falando sobre outros aspectos, outros assuntos relevantes da cidade, e estamos passando por isso. É muito triste mesmo.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, Cecchim, eu não entendi muito bem. O diretor legislativo Luiz Afonso tinha feito a verificação de quórum, tínhamos 20 vereadores, e aí o Ver. Claudio Janta estava na Casa, viu todos dando presença e pediu nova verificação de quórum. Eu acho que essa é uma brincadeira que não deve ser feita com o povo de Porto Alegre.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Isso não é brincadeira, vereador. Isso é regimental, e o Ver. Janta tem todo o direito de fazê-lo, qualquer vereador tem direito de pedir verificação de quórum a qualquer momento da sessão, não é brincadeira.

Vereador Jonas Reis (PT): Deixo o registro aqui, Ver. Cecchim, nobre colega, que é muito triste o comportamento da base governista aqui.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está feito o registro. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h13min.)

* * * * *